



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUANA PUPPIN PRATTI

**PERFIL SOCIAL, RECRUTAMENTO E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DOS  
REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO ESTADUAL CAPIXABA, 1986-2010.**

VITÓRIA, ES

OUTUBRO DE 2013

LUANA PUPPIN PRATTI

**PERFIL SOCIAL, RECRUTAMENTO E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DOS  
REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO ESTADUAL CAPIXABA, 1986-2010.**

VITÓRIA, ES

OUTUBRO DE 2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Pratti, Luana Puppim, 1985 -

L 915p Perfil Social, recrutamento e trajetórias políticas: uma  
análise dos representantes do Legislativo Estadual capixaba, 1986-2010 /  
Luana Puppim Pratti. – 2013.  
104 f.: il.

Orientador: Paulo Magalhães Araújo.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e  
Naturais.

1.Elites Políticas. 2. Legisladores – Espírito Santo (Estado). 3.  
Deputados Estaduais – Espírito Santo (Estado) – 1986-2010. I.  
Araújo, Paulo Magalhães. II. Universidade Federal do Espírito  
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 136

---

LUANA PUPPIN PRATTI

**PERFIL SOCIAL, RECRUTAMENTO E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DOS  
REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO ESTADUAL CAPIXABA, 1982-2010.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre, orientado pelo Profº Drº Paulo Magalhães Araújo

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profº Drº Paulo Magalhães Araújo**  
**(Orientador presidente/PGCS/UFES)**

---

**Profª Drª Antônia Lourdes Colbari**  
**(Membro do PGSC/UFES)**

---

**Profº Drº Mauro Macedo Campos**  
**(Professor Convidado LGPP/UENF)**

## **Agradecimentos**

Mais um ciclo se fecha e novos caminhos se abrem. Durante esses dois anos e alguns meses de trabalho, aprendizados, frustrações e cansaço agradeço imensamente àqueles que compartilharam tudo isso comigo.

Agradeço, infinitamente, ao meu marido Douglas, pelo apoio incondicional e incentivo nos momentos de desânimo. Aos amigos e familiares, que compreenderam a minha ausência. Aos amigos do PPGCS, com os quais pude trocar experiências de pesquisa, conhecimentos teóricos e firmar laços de amizade. Em especial as queridas amigas Nayara Regio Pestana, Karina Pessine Mello, Brigída Rodrigues, Tatyana Léllis e Jaqueline Souza com as quais pude dividir a ansiedade, o medo e as incertezas deste trabalho.

Aos professores do PPGCS, cada um ao seu modo, contribuiu para o meu entendimento de novos conceitos, novas ideias e novas percepções do mundo. A cada um pela nobreza de instruírem com dedicação e paciência. Em especial, ao meu orientador, Paulo Magalhães Araújo, pela generosidade de ensinar, pela serenidade ao falar, ler, reler e corrigir cada palavra deste trabalho. Sua dedicação e presteza, foram essenciais para a construção dessa pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus, que em sua infinita bondade, amparou-me nos momentos de incerteza, clareou minha mente nos momentos de confusão, deu-me força para persistir e finalizar este ciclo.

## Resumo

Esta pesquisa teve como propósito identificar o perfil socioeconômico dos parlamentares estaduais capixabas e observar os padrões de trajetórias políticas dos mesmos. Para tal foram levantados dados biográficos dos deputados estaduais que permitiram verificar as características sociais e econômicas, além de suas experiências eletivas e administrativas. A hipótese analisada é de que qualidades específicas proporcionam maiores oportunidades para exercer cargos de liderança no interior da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). O período analisado abarca a 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> legislaturas as quais compreendem os anos entre 1987-2010. Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário buscar embasamento teórico nos pressupostos da teoria das elites, teoria da institucionalização, teoria da ambição e teoria da profissionalização política. Buscaram-se também algumas análises sobre a composição social e trajetórias políticas dos legislativos brasileiros para compreender melhor a dinâmica das elites parlamentares. Foi possível mapear um perfil social e político dos membros da Ales e relacionar suas trajetórias políticas com a ocupação de cargos na instituição. Em vista disso, confirmou-se que as características pessoais assumem grande importância para a construção das carreiras políticas.

### *Palavras-chave:*

*Elites parlamentares – Perfil social – Carreiras políticas – Teoria das Elites – Institucionalismo – Ambição – Profissionalização- Cargos de Liderança - Deputados Estaduais – Assembleia Legislativa do Espírito Santo.*

## Abstract

The aim of this research is identify the socioeconomic profile of the parliamentarians from the state of Espirito Santo and observes their political trajectory patterns. Biographical data from the states Representatives were collected in order to verify social and economical characteristics, as well as their elective and administrative experiences. The analyzed hypothesis shows that specific qualities provide greater opportunities for leadership positions inside the Legislative Assembly of Espirito Santo ( Ales). The analyzed period covers the 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup> and 17<sup>a</sup> legislatures which correspond to the period between 1987-2010. For the research development, it was necessary search for theoretical basis on the assumptions of the theory of elites, the institutionalization theory, theory of ambition and political professionalization theory. It was also collected some analyses about social composition and political trajectories from the Brazilians legislatives to a better understanding of the dynamics of parliamentarians elite. It was possible to map a social and political profile from the members of Ales and relate their political trajectories with a position inside of the institution. As a result, it was confirmed that the personal characteristics have a huge importance for the construction of the political careers.

## *Keywords*

*Parliamentarians elites - Social profile - Political careers - Theory of elites – Institutionalism – Ambition – Professionalization - Leadership positions - State Representatives - Legislative Assembly of Espirito Santo.*

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1 - Teoria elitista: uma minoria organizada alcança o poder e governa uma maioria</b> .....	17
1.1 Definições e conceitos de elite política .....	18
1.2 A formação da classe dirigente e sua capacidade de organização .....	23
1.3 Atuação da elite política nas esferas de poder .....	27
Considerações Finais .....	31
<b>Capítulo 2 - Recrutamento, profissionalização e carreiras legislativas: conceitos para estudos sobre elites parlamentares no Brasil</b> .....	35
2.1 Lógicas do recrutamento político .....	36
2.2 Postulados da Teoria da Escolha Racional relacionados ao estudo de carreiras políticas .....	42
2.3 Carreiras políticas e profissionalização: construção e estabilidade .....	45
2.4 Conexões entre o perfil social e preferências políticas das elites brasileiras: alguns apontamentos da literatura .....	52
Considerações Finais .....	56
<b>Capítulo 3 – Delineamentos do perfil social e das trajetórias políticas dos deputados estaduais do Espírito Santo</b> .....	59
3.1 Análise de Dados: Trajetórias e perfis dos legisladores .....	60
3.1.1 O perfil social da elite parlamentar do Espírito Santo .....	60
3.1.2 Perfil político dos deputados estaduais e aspectos institucionais da Ales .....	66
3.2 Configurações da elite parlamentar no cenário legislativo capixaba .....	77
Considerações Finais .....	82
<b>Conclusão</b> .....	84
<b>Bibliografia</b> .....	89
<b>Apêndices</b> .....	96



## Lista de Quadros, Tabelas e Gráficos

Quadro 1 - Variáveis analisadas	15
Quadro 2 - Principais pressupostos da Teoria das Elites	33
Quadro 3 - Tipos de carreiras políticas	50
Quadro 4 - Estrutura de oportunidades das carreiras políticas no Brasil	55
Quadro 5 - Principais Teorias sobre construção de carreiras políticas	57
Tabela 1- Representação parlamentar de acordo com o gênero	61
Tabela 2 - Média de Idade dos Parlamentares de acordo com o gênero	62
Tabela 3 - Origem dos deputados de acordo com região geográfica	63
Tabela 4 - Nível de Escolaridade dos parlamentares (%)	64
Tabela 5 - Profissões dos deputados estaduais (%)	65
Tabela 6 - Composição partidária da Assembleia Legislativa por legislatura	68
Tabela 7 - Participação em associações politicamente relevantes	70
Tabela 8 - Experiência em cargos administrativos, por nível de governo	71
Tabela 9 - Experiência em cargos na chefia do Executivo (%)	72
Tabela 10 - Ocupou cargos no legislativo municipal ou federal	73
Tabela 11 - Experiência legislativa agregada	74
Tabela 12 - <i>Seniority</i> : experiência anterior na Ales	75
Tabela 13 - Ocupou cargos no legislativo municipal ou federal	77
Tabela 14 - Cargos de comando ocupados na Ales x <i>Seniority</i>	78
Tabela 15 - Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos legislativos(exceto na assembleia)	79
Tabela 16 - Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos Executivo	80
Tabela 17 - Ocupou cargo de comando na Ales x Experiência em cargos públicos administrativos	80
Tabela 18 - Ocupação de cargo de liderança na Ales x <i>Expertise</i> total	81
Gráfico 1 - Cargos Ocupados no Executivo	72
Gráfico 2 - Cargos Ocupados no Legislativo (exceto estadual)	73
Gráfico 3 - Evolução da <i>seniority</i> na Ales	76

## **Lista de Siglas**

Ales – Assembleia Legislativa do Espírito Santo

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CF – Comissão de Finanças

PFL/DEM – Partido da Frente Liberal/ Democratas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PL – Partido Liberal

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PPR – Partido Progressista Renovador

PR – Partido da República

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PRP – Partido Republicano Progressista

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PV – Partido Verde

PDC – Partido da Democracia Cristã

PSD – Partido Social Democrático

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

## Introdução

O tema das elites políticas tem sido objeto central de discussões na ciência política, pelo menos desde o final do século XIX. Este tipo de estudo colabora para identificação de grupos que emergem e controlam o poder, e como influenciam o sistema político democrático. Dentre as principais questões debatidas por esta teoria encontra-se sua contribuição para o estudo das características dos governantes, e como suas qualidades particulares, combinadas com as oportunidades institucionais proporcionam acesso e permanência nas instituições políticas.

A discussão sobre elite política teve como precursores a obra de Michels (1982), Pareto (1984) e Mosca (1987). Estes autores consideram que a elite política seria composta por aqueles indivíduos ou grupo que possuem determinados recursos (riqueza por exemplo) para influenciar decisões (Grynzspan; Perissinotto, 2009; Hollanda, 2011). Contudo, esta perspectiva teórica possui limitações, pois se preocupa com a questão do “quem governa”, não considerando os processos de recrutamento político e o desenvolvimento de carreiras políticas. Nesse sentido, o surgimento de teorias que explicam como as elites políticas chegam ao poder, e como o conservam, tornaram-se importantes. Tal perspectiva é atestada pela teoria do novo institucionalismo.

Sendo assim, este trabalho se ocupa, essencialmente, de identificar o perfil socioeconômico dos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo de maneira a verificar se determinados perfis favorecem maiores chances em cargos ocupados dentro da instituição. Analisaremos o *background social* dos representantes estaduais, com o objetivo de averiguar quais características são valorizadas para a ocupação do cargo. Da mesma forma, é importante, observar a trajetória política dos deputados estaduais, indicando a profissionalização dos mesmos, além de averiguar quais cargos são ocupados dentro da instituição, tendo como propósito constatar, se possível, o domínio de um grupo no exercício dessas funções, caracterizando a formação de uma elite legislativa dentro da instituição.

Existe uma estrutura de oportunidades, bem como um conjunto de elementos pessoais e coletivos que possibilitam maiores chances de participação na vida pública a alguns sujeitos, sobretudo no que se refere a cargos eletivos. Como apontou Pippa Norris (1997) algumas características particulares irão favorecer a carreira política de alguns indivíduos, gerando

consequências para o perfil das instituições políticas, por exemplo a intitucionalização, e a composição dos governos, bem como para a qualidade das suas políticas.

O propósito dessa investigação, de cunho exploratório, é identificar os padrões do *background* social e o curso das carreiras políticas dos parlamentares que ocuparam o poder legislativo do Estado do Espírito Santo no período entre os anos de 1986-2010. A pesquisa visa apresentar informações inéditas sobre os parlamentares que passaram pela Assembleia Legislativa do estado no período em foco, possibilitando maior conhecimento sobre o perfil sociopolítico e a trajetória de um importante segmento da elite política capixaba – a elite parlamentar. Além disso, com base nas informações adquiridas, o trabalho pretende verificar associações hipotéticas entre a experiência política prévia de um lado e, de outro, a estabilidade da carreira legislativa e a posição ocupada pelos legisladores na estrutura parlamentar.

Mais especificamente, a hipótese aqui colocada é a de que determinados padrões socioeconômicos e trajetórias políticas facilitam o acesso e a permanência dos deputados na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). Em outros termos, determinados perfis possuem maiores chances de se estabelecer dentro da estrutura institucional. Dessa maneira, é possível analisar se a profissionalização prévia dos parlamentares estaduais, isto é, sua passagem anterior por cargos políticos relevantes, eletivos e não eletivos, colaboram para sua permanência no Legislativo estadual e contribui para a formação de uma elite política no interior da instituição.

Historicamente, a “Teoria das Elites” é um marco nos estudos sobre a composição social dos grupos governantes. De acordo com os teóricos precursores do elitismo, o pressuposto elitista baseia-se no conceito de que uma minoria governa e uma maioria é governada. Isto porque esta minoria possui maior aptidão para exercer atividades políticas e é capaz de se organizar para buscar seus interesses. (Mosca, 1987; Pareto, 1984; Michels, 1982; Gryzspan, 1999, Perissinotto, 2009; Hollanda, 2011). Para Michels, a divisão entre uma minoria e uma maioria não é uma consequência abstrata causada por fatores identitários, *status* ou mérito, mas é uma consequência de determinantes organizacionais; sendo assim a questão que se coloca é que com o crescimento da organização exige-se maior especialização nas funções, impactando na profissionalização e, consequentemente, na consolidação de uma elite governante, separada da massa.

É a partir dos pressupostos da “Teoria das Elites” que se desenvolveram pesquisas sobre perfil social dos representantes, profissionalização de carreiras políticas e institucionalização das organizações (Codato, 2008; Codato e Perissinoto, 2008; Perissinoto, 2009 ). Assim, justifica-se que se faça, nesta pesquisa, uma revisão desses preceitos e de como eles tem sido desenvolvidos nos estudos da ciência política moderna. Dessa maneira a análise aqui proposta demanda, portanto, uma revisão sobre a literatura, de cunho institucionalista e sociológico, referente ao recrutamento político, à profissionalização e à estabilidade de carreiras políticas, sendo esta a literatura de referência para a análise empírica que será desenvolvida nesta pesquisa.

Em relação ao recrutamento político, a principal corrente teórica, apesar do caráter sociológico, é fundada também nos pressupostos do novo institucionalismo, e aponta que o recrutamento é atributo dos partidos, sendo esta sua principal função. O processo de recrutamento seleciona aspirantes com determinadas características sociais e econômicas e com certa identidade ideológica que são capazes de concorrerem aos pleitos e garantirem uma representação nas esferas do poder. Após serem selecionados pelos partidos e via eleições, os representantes têm por demanda manter-se no poder, e para tal devem cumprir certas exigências impostas pelas instituições, como, por exemplo, a profissionalização política. Argumenta-se que o sujeito que se especializa possui maior estabilidade na carreira, favorecendo também estabilidade institucional. Ou seja, o indivíduo que permanece na instituição, sendo reeleito, influencia na dinâmica desta.

Salientamos, por fim, que torna-se fundamental estudar elites parlamentares locais também porque elas podem revelar práticas e representações específicas das elites, sendo estas influenciadas não exclusivamente pelas condições de socialização, mas, do mesmo modo, pelas configurações institucionais às quais estão inseridas.

Neste ponto é importante apresentar alguns esclarecimentos quanto ao recorte da pesquisa proposta e à metodologia adotada. O recorte histórico abrange o período pós abertura política entre os anos de 1986-2010, visto que neste período não só as instituições políticas são consolidadas, como surge no cenário político novos atores. Serão analisadas 7 legislaturas, sendo elas: 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup>

A pesquisa foi desenvolvida a partir de dados biográficos dos deputados estaduais eleitos disponíveis nos arquivos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), jornais,

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TER-ES), sites diversos, entre outras fontes. A dificuldade de se encontrar as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa – e do banco de dados- fez com que recorressemos a fontes diversas. Apesar dos esforços para conseguir as informações desejadas para análise, algumas não foram encontradas ou, não foram contabilizadas no banco de dados pois eram questionáveis.

O universo da pesquisa inclui todos os eleitos para o cargo de Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante o período citado, de acordo com as listas dos resultados eleitorais divulgados pelo TSE. Apenas os eleitos e empossados no início das legislaturas são considerados no estudo. Não foram considerados os suplentes, devido tanto à maior limitação das informações em relação a eles, quanto à dificuldade encontrada de reconhecer, dentre eles, quem efetivamente ocupou cadeira na Ales. Considerado o número de cadeiras disponíveis para legisladores no período, totalizam-se 207 vagas, porém isso não corresponde ao número real de representantes, já que deve-se levar em consideração que alguns foram reeleitos no período.

Para alcançar os objetivos propostos, buscou-se examinar variáveis referentes a profissão, escolaridade, região de origem, sexo, idade no momento de ingresso na legislatura, participação anterior em atividades sindicais, representativas de classe e associativas, cargos públicos ocupados anteriormente, cargos eletivos ocupados, cargos ocupados na Ales, além de verificar as taxas de reeleição parlamentares e os partidos representado. Estabelecidas as variáveis, foi elaborado um banco de dados, o qual permitiu analisar quantitativamente a composição social das legislaturas e sua transformação agregada ao longo do período observado. A seguir apresentamos um esquema das variáveis analisadas:

**Quadro 1 – Variáveis analisadas**

<b>Perfil Social</b>	<b>Trajatória Política</b>	<b>Cargos de Liderança na Ales</b>
Idade, Sexo, Origem, Escolaridade, Profissão	Participação em associações politicamente relevantes; Cargos público administrativo ocupado anteriormente; Cargos eletivos no legislativo e executivo ocupados anteriormente; Partidos pelo qual foi eleito	Presidente da mesa diretora; Primeiro secretário da mesa diretora; Presidente da Comissão de Finanças (CF); Presidente da Comissão de Justiça (CCJ)

**Fonte:** Elaboração própria a partir da definição da metodologia.

Isto posto, devemos evidenciar que a hipótese aqui testada vai no sentido de averiguar se determinadas características pessoais tendem a proporcionar maiores chances de carreira política: a experiência e profissionalização colaboram para que deputados obtenham cargos de liderança no interior da Assembleia, assim a consolidação de uma elite “intra-parlamentar” está associada a características dos parlamentares o que aumentam suas chance de profissionalização e conseqüente manutenção no cargo.

Para realizar seus objetivos, o trabalho será estruturado da seguinte maneira. No primeiro capítulo, discutimos a “Teoria das Elites” para justificar a escolha do objeto de pesquisa, pois esta nos mostra que independentemente da sociedade e da instituição haverá um grupo que controla o poder.

No capítulo seguinte, apresentamos o nosso referencial teórico baseado na teoria do novo institucionalismo de escolha racional e em abordagens sociológicas acerca do perfil e da trajetória das elites parlamentares. A partir desse referencial, busca-se estabelecer diretrizes para a análise empírica, com a finalidade de destacar conexões entre a estrutura institucional, de um lado, e as características e experiências dos parlamentares de outro.

O terceiro e último capítulo consiste em analisar dados do *background* social e da trajetória política dos parlamentares, e como estas variáveis influenciam na estabilidade da carreira dos mesmos, além de averiguar os cargos de destaque que eles ocuparam dentro da instituição. Por fim, apresentaremos as conclusões, revisando os principais pontos do debate

teórico e os resultados mais relevantes da pesquisa empírica, bem como a direção que os dados podem apontar no que diz respeito a composição parlamentar estadual.



## **1. Teoria elitista: uma minoria organizada alcança o poder e governa uma maioria**

O tema sobre elites políticas emerge no século XX, principalmente nos EUA no pós guerra. No entanto, a partir da década de 1960, essa abordagem teórica começou a ficar em segundo plano nas discussões sociológicas, visto a emergência de temas sobre as instituições políticas, sobretudo em relação aos partidos políticos e processos eleitorais (Perissinotto e Codato, 2008).

Mateos (2009) empenha-se ao considerar a pertinência em resgatar as pesquisas que abordam temáticas referentes aos processos de formação das elites políticas. A autora salienta que os estudos sobre atores políticos tem ganhado destaque nos últimos anos, pois representam peças chaves para o entendimento dos sistemas políticos democráticos. Contudo, esse tipo de análises foi desenvolvida com empenho na Europa e nos EUA; em países latinos americanos essas pesquisas foram relegadas, especificamente no que diz respeito as elites parlamentares.

A autora destaca alguns fatores que contribuíram para a indiferença dos pesquisadores latino-americanos. Sendo os principais: a) dificuldades da academia para absorver tal tipo de pesquisa, principalmente devido a falta de recursos materiais que esse tipo de trabalho demanda; b) o desinteresse dos pesquisadores pelo assunto, já que estes acabaram por se ocupar com temas relativos a transição democrática e arranjos institucionais, devido a recente redemocratização dos países latinos.

Dentre os atores institucionalizados relevantes, as elites políticas possuem grande relevância, sendo elas responsáveis por grande parte das decisões que irão impactar nas ações políticas de um governo (Mateos, 2009). Conhecer os valores das elites políticas é fundamental para compreender a qualidade e consolidação da democracia.

*Así, el estudio de las carreras políticas de los parlamentarios proporciona información sobre el propio funcionamiento del Parlamento, sobre el tipo de relaciones entre el Ejecutivo y el Legislativo, así como sobre el tipo de reformas políticas (Crisp e Ingall, 2002).” ( apud MATEOS, 2009, p.19)*

Na tentativa de inferir acerca de acontecimentos políticos, a autora aponta que as pesquisas sobre opinião pública são essenciais para compreensão de questões que se referem ao comportamento político e eleitoral dos cidadãos. As pesquisas voltadas para elites políticas, principalmente aquelas que analisam trajetórias políticas, valores e crenças, segundo

Mateos, permitem conhecer dimensões da atuação política das mesmas, bem como as consequências de suas ações.

Zuckerman (1978) critica a variedade de definições do termo “elite política”, visto que muitas vezes os diversos conceitos estão incorporados no mesmo rótulo, chegando a afirmar que nenhum outro campo das ciências sociais possui definições tão vagas e nebulosas. Salienta, então, que os pesquisadores devem voltar seus esforços com a intenção de congregar o significado do termo “elite política” dentro de um quadro teórico. Se as definições e conceitos de elite política são confusas, é necessário um trabalho empírico para identificar esse grupo.

Mills (1975) defendia que o grupo da elite política definia-se por aqueles indivíduos que ocupavam cargos em espaços institucionais, porém Zuckerman diz que analisar somente essa perspectiva limita as possibilidades de se fazer comparações entre outros grupos de elite. Também é importante identificar os sujeitos que realmente exercitam o poder.

Podemos apontar duas preocupações em relação ao tema da elite política, primeiro é se a mesma está presente em uma dada sociedade. E, após a comprovação da sua existência na sociedade, preocupar-se em conhecer – e descrever suas características (Zuckerman, 1978).

O propósito deste capítulo, é tratar as principais percepções acerca do tema de elites políticas, a partir do ponto de vista de seus principais teóricos. Para tal dividimos o capítulo em três seções além desta, e de uma seção para considerações finais. A primeira parte consiste em definir o que se entende por elite política; a segunda seção trata de observar de que maneira a classe dominante se organiza para alcançar o poder e como se dá a profissionalização dos membros da elite; por último atentamos para o comportamento dessa classe nas esferas do poder legislativo. Tais observações buscam revelar como se forma e comporta os membros das elites que buscam manter-se no poder e exercer funções políticas.

### **1.1 Definições e conceitos de elite política**

Ao estudar um parlamento - no caso deste trabalho, o grupo de parlamentares que ocupou cadeiras no legislativo estadual -, é necessário compreender que este grupo é parte de uma elite política, especificamente da elite política eletiva. Desse modo dentro da competição

que a democracia proporciona pela concorrência dos votos, estes indivíduos conseguiram alcançar o objetivo de conquistar cargos eletivos.

Para compreender os aspectos que formam as características da classe governante, independente do nível de governo no qual se encontra, torna-se necessário retomar as perspectivas conceituais apontadas pelos teóricos elitistas. Dentre eles podemos destacar as conceitualizações de Mosca, Pareto, Michels e Mills, os quais teorizam sobre a formação das elites políticas, a circulação dessas e a atuação das mesmas no poder. De maneira geral estes autores complementam a teoria elitista analisando a formação e funcionamento das instituições, ou seja como uma minoria se organiza com o objetivo de controlar as organizações.

A concepção desenvolvida pela “Teoria das Elites”, no que concerne a ideia de, que nas sociedades uma minoria de indivíduos governa e uma maioria é governada, desenvolve-se a partir do conceito de elite política proposto por Gaetano Mosca, e posteriormente por Vilfredo Pareto. O argumento de Mosca distingue a existência de duas classes: uma classe minoritária de governantes e outra composta por uma maioria governada. Por sua vez Pareto sugere que o poder político e as decisões tomadas estão restritas a um grupo limitado de indivíduos, estes possuem domínio sobre as questões políticas e econômicas, formando uma classe superior a qual denomina por aristocracia.

Para Mosca (Idem), a classe dirigente possui uma certa aptidão para dirigir e, recorrendo a observação de Saint Simon, percebe que tais aptidões necessitam de um certo número de qualidades pessoais. Porém o teórico não se deteve a desenvolver quais seriam essas qualidades. Quem bem o faz é Weber (2006), assinalando enquanto essenciais ao homem de política características como a capacidade demagógica, dons persuasivos e profissionalização técnica.

A preocupação de Mosca não se limitou a verificar o domínio de uma maioria por uma minoria, seus esforços vão mais adiante. Quando observou as diversidades existentes na natureza das sociedades, sugeriu que tais diferenças estariam sujeitas a influenciar a composição da classe dirigente no que se refere à sua formação. De acordo com Mosca cada sociedade possui suas peculiaridades em relação a construção de suas estruturas sociais, crenças, valores e instituições. Portanto a composição da classe dirigente dependerá de determinados contextos nos quais estão inseridos a sociedade que representam.

Mosca, preocupou-se em analisar a formação da classe política, defendendo a ideia de que a classe política preserva-se no poder devido sua aptidão para organização dos interesses do grupo, e concordância dos membros da elite em manter uma coesão em proveito desses interesses (Mosca, 1987; Perissinotto, 2009; Hollanda, 2011).

A tese principal defendida por Mosca é resumida da seguinte maneira: as minorias exercem o poder, pois são organizadas, e as majorias são dominadas pelo primeiro grupo porque são desorganizadas; repelindo, portanto, a alternativa de um governo submetido à vontade das massas.

De acordo com a perspectiva de Mosca a sociedade e seus diversos elementos perduram segundo a força da classe dominante em vigor, ou seja, as crenças, os valores se desfalecem, modificam-se ou se solidificam devido a vontade e a força da minoria governante.

Albuquerque (2009), ao retomar a teoria de Mosca, diz que este considera que as mudanças na estrutura da sociedade, modificam também a maneira de pensar da sociedade. Quando as ideias que sustentam a sociedade mudam, os valores da classe dirigente em vigor decaem, abrindo espaço para que novas classes políticas possam emergir. Contudo a nova classe dirigente que ocupará o poder continua sendo uma minoria.

A proposta de Mosca (1987) está em conformidade com o argumento de Pareto (1984) no que concerne a noção de que a sociedade está dividida entre uma classe superior restrita - relativa aos governantes -, e uma classe inferior, que corresponderia aos governados constituídos por um grupo mais numeroso de cidadãos.

Pareto (1984) viu no socialismo uma maneira de criar uma nova elite. A **teoria da circulação das elites** não se ocupa apenas de substituir as elites que estão no poder por outras, de outro modo a proposta é de uma congregação entre os grupos, que permitiria assimilar elementos e características que garantam sua permanência no poder. A democracia não seria possível sem um grupo dominante e um grupo dominado, ponto de vista já esclarecido pelas observações de Mosca.

A classe eleita iria configurar, por conseguinte, uma aristocracia, de modo que os sujeitos nelas inseridos possuem certos caracteres que propiciam sua permanência na mesma. Entretanto o domínio das aristocracias no poder não é permanente: o domínio de uma classe dirigente entra em declínio devido à influência dos resíduos de outras classes. Dessa maneira,

a classe eleita, encontra-se em um estado contínuo e lento de transformações, o que assegura a circulação das elites.

Pareto diz que toda classe segue certa *etiqueta*, estas seriam regras impostas pelo próprio grupo; o sujeito pertencente a uma determinada classe, provavelmente, conhece o funcionamento das regras estabelecidas por seu grupo. Especificamente para a classe eleita, Pareto, sugere que esta deveria conhecer a etiqueta dos cargos públicos.

A etiqueta de classe respaldou-se, no geral, em certas qualidades as quais são imprescindíveis para pertencer a determinada classe. O problema apontado pelo autor é que tal etiqueta não é adquirida por mérito pessoal; muitas vezes é proporcionada pela riqueza, parentesco e relações pessoais, ou seja, pelas relações estabelecidas pelos indivíduos com outros sujeitos ou grupos.

A tal fenômeno, no caso particular em que se consideram somente dois grupos, isto é, a classe eleita e a não eleita, deu-se o nome de circulação da classe eleita (circulação das elites).

Concluindo, devemos considerar principalmente: 1) Em um mesmo grupo, a proporção entre o total do grupo e o número dos que nominalmente dele fazem parte sem que possuam realmente os caracteres necessários para isso; 2) Entre os diversos grupos, os modos pelos quais se dá a passagem de um a outro grupo, e a intensidade deste movimento, isto é, a velocidade da circulação. (Pareto, 1984, p.78)

A composição da elite seria determinada por um grupo de indivíduos, os quais dispõem do máximo que se pode ter para exercer o domínio: sendo dinheiro, poder e prestígio, alguns desses elementos. No entanto, não é composta só por estes, os poderosos seriam, na verdade, àqueles indivíduos capazes de realizar seus objetivos e influenciar decisões.

A obra “Partidos Políticos” de Robert Michels (1982) confirma empiricamente as teses propostas pela teoria das elites. Influenciado por seus precursores Mosca e Pareto, Michels analisa a estrutura dos partidos de massa, chegando a conclusão que mesmo num grupo limitado e definido, o poder se concentra nas mãos de uma minoria. As decisões internas da organização partidária restringem-se a um pequeno grupo de indivíduos que as comandam. Michels definiu este grupo limitado de sujeitos como oligarquia, desenvolvendo a “lei de ferro da oligarquia”.

Constata, então, que no interior do partido, configura-se uma oligarquia a qual controla a instituição e comanda as decisões. Seu argumento parte do pressuposto segundo o qual, independentemente da instituição, constantemente haverá um grupo, formado por uma minoria possuidora do controle das decisões. Michels chamou essa “dominação” da minoria sobre a maioria dentro dos partidos de “Lei de Ferro da Oligarquia”.

Em desacordo com a propostas teóricas de Mosca, Pareto e em certa medida Michels, Mills não percebe a elite do poder como uma aristocracia, ou seja, enquanto um grupo político dominante. Principalmente porque recusa a noção de que a elite do poder é formada somente devido as origens hereditárias e materiais. Em sua concepção a elite é constituída por indivíduos que possui a capacidade de alcançar seus objetivos e por sujeitos que ocupam determinadas posições dentro de determinada estrutura institucional.

A análise de Mills não se preocupa precisamente com os agentes/atores, mas com as posições que estes ocupavam dentro das instituições, desenvolvendo assim uma “sociologia das posições institucionais” (Costa, 2010).

Mills assinala a existência de uma hierarquia de poder: existe uma elite que governa, contudo ela não governa sozinha, perante seu domínio existe um corpo de políticos profissionais e técnicos burocratas que auxiliam na organização do Estado e nas decisões do governo. Na proposta de Mills são identificados três domínios de poder centralizado: o militar, o econômico e o político; em cada uma dessas esferas de poder formar-se-iam grupos – ou as altas rodas – os quais formariam as elites.

De acordo com Mills os membros desses três grupos ocupam posições estratégicas na burocracia do Estado, influenciando as decisões e políticas. Costa (2010, p.10) elucida sobre este processo: “Este procedimento ficou conhecido como “método posicional” já que associa a elite política (e a posse do poder) aos cargos formais das instituições em uma comunidade.”

Um dos aspectos importantes do conceito desenvolvido por Mills é a crítica a concepção marxista de classe dominante. Caso admitamos a percepção de Marx de que permanecem no poder somente aqueles que possuem condições materiais de produção, desconsidera-se, portanto, outros grupos que exercem influência nas decisões (por exemplo os militares). Por este motivo que Mills prefere usar o termo “elite do poder” substituindo a definição de Marx de “classe dominante”. A expressão elite do poder configura não só as

condições materiais, mas o status social, a etiqueta do grupo, o sentimento de pertencimento, sendo assim elucidada:

...nosso conceito de elite do poder não se baseia apenas na correspondência das hierarquias institucionais em questão, ou nos muitos pontos em que seus interesses coincidem. A elite do poder, como concebemos, também depende da identidade entre os que a formam, de suas relações pessoais e oficiais entre si, de suas afinidades sociais e psicológicas. A fim de perceber a base pessoal e social da unidade da elite do poder, temos, primeiro, que recordar os fatos ligados a origem, carreira e estilo de vida de cada um dos tipos de círculos cujos membros compõem a elite do poder. (MILLS, 1975, p.329)

Mills evidencia que a elite do poder é constituída de acordo com as bases sociais dos indivíduos, suas relações pessoais e fatores psicológicos da classe. Segundo Albuquerque (2009), Mills considera que o acesso ao poder se dá pelas instituições, as quais estão cada vez mais hierarquizadas e centralizadas.

Após realizar minuciosas considerações sobre as altas rodas do poder e a respeito de elites locais, Mills demonstra algumas concepções em relação a elite americana. A este respeito, sustenta a preocupação de conhecer as características socioeconômicas e políticas dos atores que atuam no poder. Inicialmente aponta as características dessa elite: seus membros seriam americanos natos, protestantes, possuidores dos meios de produção e pertencentes a classe superior. As contribuições analíticas de Mills (1975) foram fundamentais para o desenvolvimento de abordagens referentes a formação das minorias governantes e do processo de recrutamento das mesmas.

Em geral o que a teoria das elites nos mostra é que, seja qual for o sistema político, inclusive a democracia, os governos e instâncias de poder são dirigidos por uma minoria. Contudo, a democracia se diferencia das outras formas de governo, uma vez que incentiva a livre concorrência pelo voto e oferece oportunidades para adentrar a vida política. Desse modo, apesar de uma minoria deter o domínio do poder político, não seria sempre a mesma minoria. Dado que, abre-se a possibilidade de mudanças na composição dessas elites governantes ( Mosca, 1987; Pareto, 1985; Michels, 1982).

## **1.2 A formação da classe dirigente e sua capacidade de organização**

Em seu livro “História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade”, Mosca (1987) desenvolve a ideia de classe política dirigente. Recorrendo as classificações clássicas de

formas de governo de Aristóteles e Montesquieu, o autor crítica essas classificações: para ele as formas de governos apresentadas pelos filósofos estavam limitadas a um recorte histórico – com tempo e lugar determinados – sendo que essas classificações estavam fundadas em formas aparentes de governo. Apontado as formas de governo de Aristóteles, Mosca defende que é provável que um monarca governe sozinho, ou que a democracia funcione sem uma ação coordenada/planejada das massas. Sendo assim, em ambas situações torna-se necessário a presença de funcionários ou de uma classe dirigente.

Mosca alertou para a questão de qual objeto deveria se ocupar as pesquisas da ciência política: este deveria resultar na preocupação de se conhecer a formação da classe dirigente.

A grande preocupação de Mosca é responder por que uma minoria domina e governa uma maioria. A resposta mais simples que encontra é que essa minoria tem a capacidade de se organizar. Daí a função básica da burocracia: organizar o governo, concentrando os sujeitos em determinadas esferas do poder. Portanto, pode-se concluir que existe uma organização institucional, controlada por uma minoria, cuja capacidade técnica proporciona o funcionamento do aparelho estatal, consistindo nessa percepção o princípio da noção de burocracia (Mosca, 1987).

Dentre os teóricos que buscam compreender a origem das elites, podemos destacar as esforços de Weber (1991; 2006), este considera que as instituições desempenham um papel central na profissionalização dos políticos. Além disso, evidencia como as instituições se burocratizam e criam a necessidade de especialização para ocupar cargos políticos ou de governo.

Weber afirma que o maior controle do Estado sobre os meios de gestão é uma das causas para o surgimento de políticos profissionais, sejam aqueles que vivem “para” a política ou aqueles que vivem “da” política<sup>1</sup>, nesse sentido, haveria uma **vocação política**. É de suma importância destacar como Weber percebia a questão das características do chefe: entre as quais se destaca o dom da palavra demagógica, ou seja, este deveria ser carismático ao se comunicar com as massas.

---

<sup>1</sup> Segundo Weber políticos que vivem *para* a política são aqueles que atuam por uma causa ou ideal; por outro lado aqueles que vivem *da* política buscam realizar seus interesses particulares ou se beneficiar financeiramente através das atividades públicas.



A abordagem de Polsby (1968) em relação a evolução da “House of Representatives” nos EUA baseia-se na teoria das organizações. Sua análise consegue comprovar a proposta weberiana que relaciona especialização e burocracia.

A premissa de Polsby sugere que ao longo da evolução da instituição é exigido maior experiência de seus representantes, principalmente ao desempenharem funções no interior da organização. Em sua pesquisa mostra as exigências em relação a profissionalização legislativa dos que são escolhidos para presidente da Câmara dos Deputados.

Na medida em que uma organização institucionaliza-se, ela estabiliza o seu conjunto de membros, a entrada torna-se mais difícil e a rotação de seus membros menos freqüente. Sua liderança profissionaliza-se e perdura. O recrutamento de liderança tem mais chance de ocorrer a partir de dentro e o período de aprendizado alonga-se. Assim, a organização estabelece-se e “endurece” seus limites exteriores. (Polsby, 2008, p.223)

Polsby avalia positivamente a crescente institucionalização da “House of Representatives”, considerando que a consolidação da organização influencia diretamente o comportamento dos seus membros. Desse ponto de vista não é errado afirmar que estes parlamentares buscarão, cada vez mais, especialização com a finalidade de manter-se no poder e garantir sucesso eleitoral na competição pelos votos.

Na obra “A elite do poder”, Mills (1975), examinou a composição da sociedade americana. A partir da organização das estruturas institucionais revelou como se forma uma elite do poder no interior da sociedade .

Segundo Mills, a elite é composta por homens cuja situação social, material e/ou educacional os posicionam de maneira distinta entre os demais homens, por esse motivo são capazes de tomar decisões de grandes consequências.

Ademais, dentre os teóricos elitistas temos Robert Michels, que se destaca ao analisar a organização partidária, observando como seus membros se organizam e atuam dentro dessa instituição. Ao tentar compreender de que maneira o poder é delegado a certo número de indivíduos pelas massas, percebe a existência de relativo desinteresse das massas em participar das ações do partido.

De acordo com Michels a necessidade de chefes entre as massas ocorre devido ao desinteresse das mesmas pelos assuntos políticos. O proletário pouco participará das discussões públicas – seja pelo cansaço que o trabalho lhe impõe, seja pelo desinteresse geral

que os assuntos políticos (públicos) desperta. Sendo assim indivíduos que não são ligados a causa operária (como profissionais liberais e intelectuais) acabam por adentrar na estrutura partidária que toma a causa operária como sua.

Os cidadãos ao delegarem o poder a determinados sujeitos, permitem que o funcionamento do partido fique a mercê de poucos indivíduos, bem como os interesses do partido os quais ficarão restritos aos interesses de um grupo. Pode-se dizer que existe um determinado desejo – e necessidade – das massas de serem dirigidas: a massa fica satisfeita por alguém ocupar seu lugar no partido. Alguns fatores contribuem para a permanência do chefe nos partidos, são eles: a indiferença das massas em relação os assuntos políticos, a necessidade de serem guiadas e o reconhecimento que as massas conferem ao líder (o líder se torna um “ser superior” ou sagrado).

Michels baseia sua teoria no estudo do modelo dos partidos de esquerda, sobretudo o partido socialdemocrático alemão. A intenção do autor é comprovar a existência de procedimentos democráticos na tomada de decisões no interior do partido. Em outras palavras, se existe democracia na estrutura interna do partido. Seu trabalho fundamenta-se, basicamente, na reflexão sobre a relação entre democracia e organização. O mesmo pondera a impossibilidade da existência da democracia sem organização.

Enquanto Mosca acredita que a organização é um meio viável para a formação das minorias dirigentes, para Michels a consequência da organização é a formação de uma oligarquia, a qual ocupa postos na burocracia da instituição, toma decisões e dirige os demais membros.

Sucintamente, a formação da elite política origina-se em grupos de indivíduos que tem em vista o controle das instituições como condição para concretização de seus interesses. A elite política constitui-se como grupo ou classe, primeiro devido ao desinteresse dos demais cidadãos em participar das decisões; depois devido a sua capacidade de organização e convergência de interesses<sup>2</sup>.

Enquanto alguns teóricos argumentam que os indivíduos para participarem da elite política devem cumprir algumas exigências sociais, outros defendem a perspectiva de que é a

---

<sup>2</sup> A capacidade das elites políticas em alinhar os interesses dos diversos indivíduos que pertencem ao grupo, não exclui a ideia de conflitos de interesses entre esses indivíduos. Porém devido a capacidade de organização e o respeito as normas institucionais torna esse indivíduos mais coesos em suas expectativas e decisões.

necessidade de coesão entre os interesses que proporciona a formação de uma elite política, desse ponto de vista, alguns indivíduos buscando o melhor para si podem se unir em grupos organizados que possuem a capacidade de influenciar e tomar decisões.

### **1.3 Atuação da elite política nas esferas de poder**

A burocracia é dividida a partir da natureza das funções: as atividades são distribuídas a funcionários pelo poder central, ficando assim restritas as pessoas que estão à testa do Estado, o que proporciona segurança e equilíbrio ao regime de governo em vigor. Quando o Estado controla os meios de produção, também regula de maneira mais eficaz a participação dos sujeitos a classe dirigentes, favorecendo assim aqueles que lhes compartilham a intimidade (Mosca,1987).

Mosca considera que o sistema liberal e o sistema autocrático estão em posições opostas. Para ele a democracia é sinônimo de sistema liberal, que se define pela transmissão de poderes realizada de maneira hierárquica - de “baixo para cima”. Por sua vez, no sistema autocrático os funcionários são nomeados pelo chefe. Aqui estabelece uma das suas maiores críticas à formação dos governos: estes são formados pelo prestígio social do indivíduo e não devido a competência técnica particular (meritocracia).

O sucesso da democracia se dá devido as possibilidade materiais, sociais e hereditárias daqueles que possuem a propriedade privada. Portanto, a classe dirigente será composta por aqueles que tiveram maior acesso aos bens materiais, somando a isso o prestígio social que esse bens proporcionam. A conclusão a qual se chega, portanto, é de que o governo não é formado, necessariamente, pelo mérito pessoal de cada indivíduo, mas pela influência e relações pessoais que os indivíduos são capazes de construir e preservar<sup>3</sup>.

Se o estudo dos diferentes tipos de organização da classe dirigente é importante, o exame dos diversos métodos empregados para o seu recrutamento é ainda mais importante. Pelo método do recrutamento devem-se entender as regras segundo as quais esta classe política admite e conserva, no seu seio, um certo número de indivíduos e recusa outros. (Mosca, 1987, p.314)

---

<sup>3</sup> Grynszpan irá mostrar a frustração de Mosca na tentativa de ingressar na Universidade Italiana: na maior parte das vezes o ingresso na carreira acadêmica dependia das relações pessoais do indivíduo. Mosca percebe que as possibilidades de ascensão social e/ou política eram reduzidas naquele tempo na Itália, visto que se privilegiava a riqueza, o nascimento, às relações pessoais e desprezava-se o mérito pessoal.

Retomando as perspectivas de Michels, este indica a impossibilidade técnica e administrativa para reunir a multidão em assembleia. Também nota um certo desinteresse do operário em participar das discussões e decisões. Evidencia, então, que nos partidos modernos a coletividade não tem condições de resolver diretamente os problemas surgidos internamente na organização, sendo assim surge a necessidade de delegados para representar às massas assegurando a realização de seus anseios. Na perspectiva micheliana o partido moderno é uma organização de combate (luta pelo poder), por isso deve adotar estratégias de atuação, sendo que o objetivo final de todo e qualquer partido é manter-se no poder.

O ponto de vista teórico adotado por Michels e Weber se ajustam quanto a questão da especialização dos chefes. A profissionalização do líder, tira das massas o poder de decisão<sup>4</sup>. O chefe (ou líder) deveria executar às ordens vindas das massas, todavia o aumento da burocracia dentro dos partidos culmina no afastamento entre as massas e os líderes (começa a se desenhar uma relação e organização vertical entre líderes e eleitores). Desse modo os eleitores não conseguem controlar – de maneira vigilante – as ações dos chefes partidários, estes por sua vez, livres da pressão do povo, passam a tomar decisões sem consultar suas bases. Assim a organização partidária divide-se entre uma minoria dirigente e uma maioria dirigida.

É importante compreender o destaque que Michels atribui à organização partidária e seus aspectos burocráticos. Quando o partido se burocratiza exige de seus membros maior especialização. À medida que no partido o número de participantes limita-se (em consequência do desinteresse dos cidadãos), a exigência burocrática configura um grupo restrito que comanda os interesses e decisões dentro do partido, em razão das normas da instituição e da profissionalização.

Por sua vez, Mills desenvolveu argumentos para mostrar que as três esferas da elite do poder se revezavam na condução das decisões do governo e particularmente do Estado. Conforme o período observado e a conjuntura social ou econômica que se apresentava, determinado grupo prevaleceria nas posições do poder. Todavia, haveria uma alternância entre

---

<sup>4</sup> Notamos neste ponto que a democracia não é um governo do povo e para o povo, mas de grupos que dominam as regras do jogo político. Essa perspectiva contradiz a teoria clássica da democracia defendida por Aristóteles e Montesquieu: ambos acreditam que a democracia é o regime político do povo, sendo este soberano nas decisões. Ainda compartilham a ideia de que o povo é representado de modo absoluto por si mesmo, sendo que não haveria necessidade de representantes.

as elites nas esferas do poder ligadas ao governo, caso contrário poderia ocorrer a emergência de governos autoritários, conseqüentemente as decisões seriam convergidas para determinados grupos de interesses, limitando, portanto, os temas postos em discussão.

No entanto, a elite do poder não apenas se revezava em cargos e funções que lhes seriam próprias, ocupavam igualmente posições que pertenceriam, originalmente, a outros grupos de poder. Assim sendo, um membro do grupo político, poderia atuar em algum momento no grupo econômico ou militar e vice-versa.

...por elite do poder entendemos os círculos políticos, econômicos e militares que, como um complexo de igrejinhas interligadas, partilham as decisões de conseqüências pelo menos nacionais. Na medida em que os acontecimentos nacionais podem ser decidido, é a elite do poder quem a decide. (MILLS, 1975, p.28)

Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor. (MILLS, 1975, p.19)

Mills salienta que o cerne da elite do poder é a troca de papéis entre os sujeitos dentro de uma hierarquia institucional. Os sujeitos transitam nas três esferas do poder. A troca de papéis permite que ampliem sua visão de outros setores da sociedade, dessa maneira não condicionam as decisões aos interesses particulares de apenas uma classe.

Posteriormente a experiência adquirida nas outras esferas do poder, é considerado as aspirações da elite como um todo, e não dos grupos isolados em si. Essa concepção de Mills, assinala a proximidade que esta noção possui com o pensamento de Pareto em relação a circulação da elites.

O teórico considera que as altas rodas poderiam ser vistas como uma classe superior, sendo que seus membros se conhecem, se observam, compartilham interesses e “etiqueta”<sup>5</sup>, dessa maneira, ao tomarem uma decisão não a tomam de maneira individual e egoísta, levam em consideração não só seus interesses próprios, mas dos outros indivíduos que compartilham consigo o pertencimento àquela classe. A elite justifica seu poder propagando a ideia de que

---

<sup>5</sup> O termo etiqueta não é utilizado por Mills. Mas o termo - evidenciado no texto de Pareto- abarca o sentido de compartilhamento de ideias, maneiras/modos, posição social, normas e regras com o qual um grupo se identifica e o faz pertencer aquela determinada classe. Sendo assim considero o termo apropriado para a teoria de Mills no que diz respeito ao compartilhamento de sentimentos comuns dentro de determinada classe ou grupo.

são dignas do que tem e por possuírem determinado tipo de caráter ocupam a posição que ocupam.

De acordo com Mills (1975) três pontos são fundamentais para compreensão da lógica referentes a constituição da elite do poder: o primeiro seria a psicologia das elites (as bases sociais, compartilhamento de privilégios e condições materiais semelhantes, o que permite a identificação entre os membros); outro aspecto diz respeito a ocupação de cargos na hierarquia institucional; e por último tem-se a questão da unidade da elite no poder (ou a capacidade de coesão do grupo).

Mills questiona, em termos de carreira e origem, quem são esses homens da cúpula da elite do poder, chegando a conclusão de que estes não representam –dentro da democracia representativa – essencialmente os eleitores. Mais uma vez, salienta que as exigências para integrar o grupo da elite do poder perpassam as condições materiais e a hereditariedade.

A elite do poder é representada por aqueles que conseguem realizar objetivos ou influenciar decisões. O interesse de Mills é ver como os homens do poder orientam suas decisões e não o que fazem na esfera privada; pretende observar o comportamento da elite nos postos que ocupa. Visto que comandam as instituições e suas decisões impactam na vida da nação.

Neste sentido, para alcançar o poder é necessário acesso ao comando das principais instituições, o que possibilitaria a realização de objetivos e interesses. São as posições ocupadas nas instituições que colaboram para as oportunidades de alcançar e manter o poder<sup>6</sup>.

Assim como Michels, Schumpeter (1983) analisa a estrutura partidária, sendo o centro da sua indagação a motivação de determinados sujeitos participarem da vida partidária – ou política – e em contrapartida outros se tornarem meros espectadores do que acontece na esfera institucional da organização partidária ou dos governos.

Schumpeter (1983) propõe, que o partido constitui um grupo, cujos membros resolvem agir de maneira concentrada na luta competitiva pelo poder político<sup>7</sup>. O objetivo final de todo e qualquer partido seria assumir e conservar o poder, concepção que está em conformidade

---

<sup>6</sup> Essa concepção fica conhecida como “método posicional”.

<sup>7</sup> Tal conceitualização contrapõe a visão da doutrina clássica da democracia, para esta última o partido é um grupo de homens que objetiva promover o bem-estar coletivo baseado em algum princípio comum, assim o partido seria a caixa de ressonância da vontade do povo.

com a ideia de Michels sobre a finalidades dos partidos. Ao analisar a instituição partidária Schumpeter volta seu olhar para a organização do partido socialista, assim especula algumas conclusões sobre a participação dos membros. Nem todos os membros do partido estão aptos a participar da competição política, e no geral os eleitores não participam das decisões internas do partido.

O autor afirma a existência da apatia política entre os cidadão, caso contrário a participação intensa do eleitor nas questões públicas, geraria uma sobrecarga na capacidade do Estado em dar respostas efetivas aos anseios do povo. Uma das causas da apatia política se deve ao fato do cidadão comum (ou cidadão mediano) não ser racional<sup>8</sup>.

A democracia não é possível sem a presença de chefes políticos os quais deveriam representar a vontade do povo, organizar e dirigir o Estado. Sendo a democracia a aceitação ou recusa do chefe pelo povo e a concorrência livre entre os líderes pelo voto. Nos sistemas democráticos modernos a política tornou-se uma carreira, criando políticos profissionais, os quais se tornam gestores e estadistas.

Pode-se concluir que para Schumpeter o partido político deveria entrar na luta competitiva pelo poder com o objetivo de representar e atender os anseios das massas - ou seja governar para e com as massas -, contudo ao desenvolver seu argumento percebe que tal ideia é ilusória, visto que o partido é controlado por uma elite política que visa, antes de qualquer coisa conservar-se no poder.

Influenciado pela visão weberiana, Schumpeter acredita que alguns indivíduos estão mais propensos a participar da estrutura – leia-se vida – partidária, tornando-se profissionais burocráticos, outros ainda são mais capacitados à concorrer pelo voto (provavelmente se tornarão chefes políticos). Esses indivíduos estão mais preparados, primeiro porque se interessam pela vida pública/política do seu país, segundo porque possuem características essenciais que os habilitam para exercer a função de líder, dentre essas características destacam-se: o prestígio, a relação com os membros do partido e parlamento, e a influência que exercem nas decisões que irão conduzir as ações do partido.

---

<sup>8</sup> Para Schumpeter (1983) o cidadão comum esforça-se pouco para apreender sobre os fatos políticos, sendo a racionalidade das massas reduzidas, esta fica a mercê de grupos que controlam a vida política; tais grupos desejam criar e modelar a vontade do povo ( daí a emergência de líderes dentro dos partidos – que muitas vezes se tornarão líderes autoritários – e a utilização de meios persuasivos para “recrutar” o eleitor a seu favor).

## **Considerações Finais**

Este capítulo teve como intenção discutir o tema das elites políticas e a importância das mesmas nas democracias representativas. Apesar das críticas de natureza teórica e normativa sofridas por esta teoria, a mesma é adequada para compreender a importância das elites políticas na democracia, independentemente do tipo de relação entre elites governantes e o povo.

Para fins elucidativos e didáticos segue um quadro comparativo entre os principais autores da Teoria das Elites e seus princípios:



**Quadro 2 – Principais pressupostos da Teoria das Elites**

<b>Mosca</b>	<b>Pareto</b>	<b>Michels</b>	<b>Mills</b>	<b>Schumpeter</b>
<p>-Uma minoria governa e uma maioria, que por sua vez, é governada.</p> <p>-Classe dirigente está associada ao contexto social.</p> <p>-A minoria governante se torna elite devido sua capacidade de <b>organização</b>.</p> <p><b>Meritocracia.</b></p>	<p>-Teoria da circulação das elites: uma minoria governa, mas não é sempre a mesma. Uma aristocracia decaí e outra ascende.</p> <p>-A minoria dirigente deve conhecer o funcionamento dos cargos público e das instituições.</p> <p>-Aproxima-se de Mosca ao dividir a sociedade entre classe dirigente e classe dirigida</p>	<p>-Influenciado pelos antecessores Mosca e Pareto. Percebe-se a influência da teoria weberiana em relação a burocratização da instituição.</p> <p>-O partido institucionaliza-se e um pequeno grupo passa a tomar as decisões, fomando uma oligarquia.</p> <p>-Lei de Ferro da oligarquia</p>	<p>-Contesta a visão de Mosca, Pareto e Michels.</p> <p>-A elite do poder não é constituída somente por indivíduos que reúnem condições hereditárias e materiais para execer o poder, mas por sujeitos que possuem determinados objetivos e conseguem influenciar as estruturas institucionais e decisões afim de alcança-los.</p> <p>-O acesso ao poder se daria pelas instituições.</p> <p>-Método posicional.</p>	<p>-Influenciado pela visão weberiana: alguns indivíduos são propensos a participar da vida pública/política de acorodo com determinadas caracterísitcas</p> <p>-Partido é controlado por uma elite política, não necessariamente representado a massa.</p> <p>-Em sistemas democráticos a política tornou-se uma carreira.</p>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da discussão das teorias utilizadas.

Dentre os principais pressupostos da Teoria das Elites, podemos destacar sua contribuição para o estudo das características dos governantes. Para os teóricos elitistas, não basta saber que uma minoria controla as esferas do poder, eles preocupam-se em saber quem são essas minorias, suas origens sociais, suas relações pessoais e quaisquer outras características que influenciem sua trajetória dentro das instituições políticas. A análise dos autores citados no curso do texto buscou averiguar de que maneira a organização partidária

seleciona alguns indivíduos para desenvolver as funções burocráticas exigidas pela instituição.

Por fim, para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta em relação às elites parlamentares da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, devemos destacar o que entendemos por elites políticas e parlamentares. Dessa maneira, compreendemos elites políticas como um grupo de indivíduos que possuem determinadas características socioeconômicas e que ocupam espaços institucionalizados no sistema político no qual estão inseridos.

Especificamente, definimos como elites parlamentares o grupo de indivíduos que através da competição eleitoral alcançam cargos eletivos na esfera do poder legislativo e que dispõem de características que favorecem o desenvolvimento da carreira política.

## **2. Recrutamento, profissionalização e carreiras legislativas: conceitos para estudos sobre elites parlamentares no Brasil**

Enquanto no capítulo precedente nos ocupamos de expor e discutir os principais conceitos da teoria das elites e suas implicações no estudo das elites políticas, dada a fundamentação que tal teoria fornece para conhecer os membros das elites, o presente capítulo propõe uma revisão das teorias que explicam os processos de recrutamento político e o desenvolvimento de carreiras políticas, principalmente no campo parlamentar. Pretende-se, ainda, expor pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil, e suas principais contribuições analíticas a respeito do assunto.

Quando analisamos a conformação das instituições políticas conseguimos compreender as faculdades da elite política. Em países com uma trajetória democrática mais sólida, o perfil das elites é mais diverso. De acordo com a literatura especializada, o arranjo institucional de cada país irá influenciar diretamente os processos de recrutamento. O principal pressuposto é o de que em países com sistemas proporcionais e listas abertas o controle dos partidos e das lideranças partidárias sobre os eleitos seria mais fraco; por outro lado, em países com sistemas eleitorais de lista fechada estimularia vínculo entre representantes e organização (Borchert, 2011; Norris; 1997; Samuels, 2003).

Ao investigar a trajetória das instituições políticas, conseguimos compreender as faculdades da elite política, sobretudo nas democracias representativas, visto que uma das suas premissas é promover oportunidades iguais para se alcançar o poder. Países com a democracia consolidada promovem os ideais de sufrágio universal e oportunidades mais equilibradas entre os diversos grupos sociais. O perfil é mais diversificado nas democracias, pois elas permitem uma maior pluralidade de interesses, e estes devem ser representados. (Silveira, 2009)

Acredita-se que, em determinado grau, os aspectos a serem aqui analisados contribuem para o entendimento da formação de lideranças e elites políticas nas democracias contemporâneas. Consideramos que as instituições, o *background* social e a profissionalização política são fatores importantes na formação da elite parlamentar.

Importa observar que o objetivo deste trabalho é identificar e analisar o perfil social dos atores que incorporam o parlamento estadual capixaba, considerando-se os efeitos das instituições sobre a composição das elites – particularmente as regras eleitorais e a estrutura do sistema eleitoral brasileiro. Vislumbra-se também analisar as posições ocupadas pelos parlamentares dentro da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, observando se a trajetória política e a experiência prévia têm impacto na distribuição desses cargos.

Para abarcar seu objetivo, o capítulo está organizado da seguinte maneira: a primeira parte consiste em retomar as principais noções sobre recrutamento político, com o propósito de evidenciar a influência das organizações partidárias sobre o comportamento dos indivíduos, à medida que esta controla e promove competição entre os membros.

Na parte seguinte, serão examinadas as estruturas de oportunidades dispostas nos sistemas eleitorais, visto que a oferta de vagas intervém diretamente na competição eleitoral e nas projeções das carreiras. Além disso, o texto apresenta alguns pontos importantes dos estudos sobre carreiras políticas e profissionalização legislativa no Brasil. Por fim, breves comentários finais encaminhando o próximo capítulo.

## **2.1 - Lógicas do recrutamento político**

As pesquisas que tratam de recrutamento político buscam averiguar tanto o perfil socio-ocupacional dos representantes quanto o processo de formação das elites políticas. Trata-se de conhecer qual a composição social das elites e o processo que conduzem essas elites aos seus postos – é a este processo que denominou-se de recrutamento.

Entende-se que saber como as elites são compostas permite compreender a relação entre o perfil destas e suas preferências. Em suma, visto que as elites são controladoras do processo decisório nas democracias representativas, estudá-las proporciona melhor entendimento do funcionamento da democracia, à medida em que permite conhecer a origem e a composição social dos reais tomadores de decisão no plano político.

Presume-se que as preferências individuais do representante terão consequências em sua atuação dentro do cenário do poder legislativo – uma determinada profissão, por exemplo,

a de médico, pode indicar se o parlamentar tem maiores possibilidades de participar de discussões e decisões referentes a saúde. Obviamente, o perfil não é determinante no que se refere a atuação do legislador no cenário institucional, mas sem dúvida pode influenciar suas escolhas.

Sobre as elites, um ponto importante é quando e, em quais instâncias, elas se formam. A literatura indica que mesmo antes da ocupação de cargos eletivos existe uma elite política formada (Álvares, 2009). Neste caso, a elitização se manifestaria já no processo de recrutamento político dentro dos partidos, ou seja, quando são escolhidos pelos dirigentes e/ou militantes do partido os possíveis candidatos a concorrerem ao pleito.

Ao investigar os processos de recrutamento e o perfil dos candidatos, eleitos e não eleitos, diversos autores destacam que, no processo eleitoral democrático, uma das principais funções do partido político é a seleção de candidatos para concorrer a cargos eletivos (Braga, 2008; Braga et al 2009; Bolognesi, 2009).

Como sinalizado acima, o recrutamento refere-se aos padrões e processos de seleção definidos pelo partidos, nos quais aspirantes a candidatos submetem-se à avaliação de seus recursos pessoais e às regras da organização de acordo com a demanda dos selecionadores, com o intuito de conseguir concorrer a eleição. Sob outro aspecto, o recrutamento político pode ser definido como decorrente de um acúmulo de experiências políticas, que proporcionam a ascensão aos cargos políticos. Essa visão vai ao encontro da ideia das “avenidas percorridas”, conforme dito por Giddens<sup>9</sup>. Desse modo, pode-se dizer que o recrutamento é um processo de formação de elites governantes que envolve a capacidade dos membros do parlamento em utilizar recursos disponíveis para garantir sua permanência no jogo político (Álvares, 2009; Fleischer, 1973; Marengo dos Santos, 2000; 2002).

Uma das críticas aos estudos sobre o recrutamento é que a maioria das pesquisas se ocupa em investigar somente o perfil socio-ocupacional dos eleitos. De fato, poucos estudos voltam o olhar para os aspirantes à carreira política, primeiro, devido à dificuldade metodológica de identificar esse grupo, segundo, porque, teoricamente, os grupos que estão fora do jogo não impactariam nas tomadas de decisões.

---

<sup>9</sup> A ideia de rua ou avenidas percorridas na política está exposta em Giddens (1974; In: Codato e Perissinoto, 2008). Giddens define que para compreender os processos de recrutamento é necessário entender os percursos desenvolvidos pelos atores até chegar em determinada posição.

Para que os trabalhos sobre este tema sejam mais completos, no sentido de verificar também a formação dos indivíduos, torna-se importante buscar conhecer os processos de recrutamento, de modo que estes estudos possam compreender os degraus ou “avenidas” que os indivíduos percorrem até alcançar (ou não) o posto desejado (Bolognesi, 2009). Através da observação de todos os candidatos, eleitos e não eleitos, é possível, verificar quais grupos são aliados da vida política, quais grupos sociais são sobrerrepresentados e sub-representados nas arenas decisórias eletivas. É neste sentido que se diz que o processo de formação de elites tem início não na eleição dos governantes, mas em etapas anteriores do processo político. Conforme Álvares (2009):

A seleção de candidato se constitui no estágio-chave do processo de recrutamento político e campo importante do conflito intrapartidário, sendo responsável pelo estrito controle, através de “porteiros”, do acesso da elite política. (Álvares, 2009, p. 6)

Nas atuais democracias, os ocupantes de cargos executivos e legislativos são, em geral, recrutados pelos partidos políticos, que costumam ter o monopólio da representação. Como já foi dito, no interior da organização partidária uma etapa importante do processo de recrutamento se dá no momento *em que se seleciona candidatos que devem concorrer às eleições*, sendo esta uma das principais funções dos partidos. Os partidos políticos são, portanto, importantes agentes no recrutamento das elites, mas os atributos individuais dos aspirantes os cargos políticos também são relevantes e devem ser considerados.

O processo de recrutamento legislativo pode ocorrer através da dominação, pelos indivíduos, de meios que possibilitem a estes alcançar posições de mando nas instituições. Geralmente, o domínio destes meios pode ser vinculado a dois tipos de atores: por um lado, tem-se os líderes partidários, que possuem o poder de nomear possíveis representantes. Por outro, existem indivíduos capazes de exercer influência no processo nomeação, ou melhor, influenciar os líderes responsáveis pela nomeação dos candidatos – sua própria nomeação ou de indivíduos que querem ver eleitos. Estes indivíduos possuem meios para afetar a decisão dos recrutadores, o que Bourdieu (2002) chamaria de capital social.

Segundo Bourdieu (2002) o jogo político de competição ocorre em dois níveis: no primeiro temos a concorrência pelo poder sobre o partido, essa seria uma competição apenas entre os profissionais que escolherão aqueles que poderão entrar na lista pela conquista dos simples laicos; Em outro momento temos a concorrência para conquistar os votos dos laicos, pela sanção eleitoral. (Chaves, 2009, p. 10)

Portanto, no que diz respeito ao processo de recrutamento, existiria uma seleção entre os indivíduos – realizada no interior da organização partidária pelas lideranças e membros do partido – sendo alguns dotados de qualidades pessoais consideradas importantes pelos selecionadores, as quais aumentariam suas chances de tornarem-se representantes.

No tocante à importância dos atributos e recursos dos indivíduos que pretendem adentrar na vida política, alguns autores consideram que, uma vez que os recursos individuais afetam as chances do sujeito ser recrutado, a posição social passa a ser um fator importante nesse aspecto. Este ponto de vista pode ser observado em Gaxie (2012), quando, ao analisar o processo de recrutamento no parlamento francês, atenta para a relação entre representação legislativa e posição social de origem dos legisladores. A possibilidade de participar das esferas políticas – e de exercer o poder – é influenciada pela posição ocupada pelo indivíduo na hierarquia social.

Segundo Gaxie (2012), uma das causas desse fenômeno tem a ver com o comportamento das lideranças partidárias, que atuam como recrutadores. As lideranças tenderiam a controlar o processo de seleção de modo a selecionar indivíduos com características sociais semelhantes às suas próprias. Em outras palavras, para Gaxie existe uma relação entre as características dos selecionadores e as características ou atributos dos indivíduos que são selecionados. Isso explicaria por que os representantes eleitos geralmente possuem um perfil semelhante a de seus selecionadores partidários, isto é, dos membros do partido que os recrutou.

Mas, se por um lado, os representantes são espelhos das lideranças partidárias, por outro, o recrutamento é favorecido com quadros que estejam em consonância com a base social do partido, reforçando laços de lealdade. Segundo o autor, a fim de promover maior representação partidária, os agentes dos partidos não selecionam somente os semelhantes, mas englobam perfis diversificados. Haveria assim, duas forças de certa maneira contrárias, que se combinam no processo de recrutamento: uma que induz ao recrutamento de indivíduos semelhantes às elites, outra que leva à ampliação do recrutamento para assegurar certa representatividade dos recrutados em relação às bases do partido.

De toda forma, os atributos individuais permanecem importantes. Os aspirantes que apresentam maior volume de capital cultural – seja social, econômico ou político – possuem

maiores chances de se tornarem representantes. Em relação essa questão, Gaxie (2012) enfatiza que as classes superiores estão sobre-representadas em todos os partidos, enquanto as classes inferiores são sub-representadas. Em outras palavras, aqueles que possuem maiores condições culturais, econômicas e/ou política, geralmente tem maior número de representantes nas esferas do poder.

No geral, os partidos analisados apresentam em sua composição membros das classes superiores, sendo preponderante a presença de empresários no parlamento. Mesmo em partidos nos quais as classes populares deveriam ser amplamente representadas, esse grupo é sub-representado quando se compara o seu percentual na sociedade com sua presença no próprio parlamento. As classes populares compõem uma grande parcela da sociedade e não se apresentam, na mesma proporção, no âmbito do parlamento. Exceção pode ser observada no Partido Comunista Francês (PCF), no qual as classes populares tem uma representação proporcional ao da sociedade (Gaxie, 2012).

Esforço similar faz Freire (1998; 2001) ao analisar a gênese dos membros dos partidos portugueses, através das características sociodemográficas e sociopolíticas dos parlamentares. Este autor considera que as lógicas de recrutamento desenvolvem-se pela mobilização de diferentes tipos de capitais, sendo os capitais cultural e econômico os mais importantes. A mesma perspectiva pode ser verificada em Miguel (2003), para este autor o capital – que está, sem dúvida, relacionado à posição social do indivíduo – é fundamental para a inserção na elite política. A participação em determinadas instituições traria maiores facilidades quando o indivíduo passa pelo processo de recrutamento, visto que a passagem por estas instituições promove experiência, socialização e *status* político.

Um ponto de vista um pouco destoante dos acima citados é o de Sanches e Rivas (2009). Os autores analisam as características socioeconômicas das elites parlamentares de vários países latino-americanos, com a finalidade de observar, pela análise dos dados, se as características das elites são as mesmas da população em geral, ou seja, se o padrão socioeconômico dos parlamentares representam a realidade social da nação. A conclusão à qual chegaram é de que, de modo geral, os parlamentares possuem as mesmas características socioeconômicas de seus eleitores, sendo a representação leal às características das massas –



embora ressaltem que isso não quer dizer que os representantes defendem com fidelidade os interesses do povo.

O fato é que, considerado o conjunto dos argumentos acima expostos, deve-se ressaltar que ter ou adquirir capital político, econômico, social e/ou cultural proporciona experiências e define perfis que influenciam o recrutamento e a seleção no âmbito das elites políticas.

Por fim, vale destacar, que os métodos de seleção intervêm tanto no tipo de representantes eleitos quanto no comportamento dos mesmos na arena institucional. As carreiras são construídas e consolidadas conforme as ações e escolhas que os atores políticos fazem a partir das oportunidades oferecidas pelas estruturas institucionais. A profissionalização na carreira política está relacionada com a estabilidade do recrutamento, de modo que a observação da circulação nas vagas parlamentares permite verificar diferentes estruturas institucionais de oportunidades, oferecidas pelo sistema político.

Já foi dito que os partidos se destacam entre as instituições importantes para se entender o recrutamento. Por isso, o problema em relação aos partidos é um tópico importante discutido na literatura sobre o tema. Na discussão, destaca-se a questão da eficácia dos partidos enquanto agentes eficazes de ação coletiva, isto é, enquanto agentes capazes de coordenar processos políticos, inclusive processos de recrutamento.

Existe uma polarização na discussão sobre a eficácia do desenvolvimento das funções dos partidos políticos: de um lado destaca-se sua importância no funcionamento das democracias, e de outros despreza-se essa importância. Ao debate, soma-se ainda o argumento da fragilidade dos partidos no que concerne a definição de candidatos

Como se sabe, para os teóricos institucionalistas, a influência do partido no processo de seleção está vinculado com o tipo de sistema eleitoral e de acordo com a estrutura dos sistemas eleitoral e partidário em cada país. Em sistemas com listas fechadas os partidos tem controle sobre o processo de recrutamento, pois selecionam os candidatos e ordenam a lista. Já em sistemas proporcionais de lista aberta, como é o caso do Brasil, haveria maior influência dos eleitores na seleção, o que diminuiria o controle das lideranças sobre o processo.

O tópico seguinte retomará a importância das instituições – entre elas os partidos e os sistemas eleitorais – para o estudo do recrutamento. Então será possível deixar mais claro de que maneira a estrutura institucional de oportunidades, ao influenciar o comportamento dos atores políticos, afetam o recrutamento e as trajetórias políticas dos parlamentares.

## **2.2 - Postulados da Teoria da Escolha Racional relacionados ao estudo de carreiras políticas**

Até meados do século XX duas correntes teóricas concorriam para explicar o fenômeno das decisões, sendo elas: o institucionalismo e o comportamentalismo. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial essas correntes perdem sua força teórica e metodológica, permitindo a emergência de uma nova visão denominada novo institucionalismo - no caso, trata-se do novo institucionalismo de escolha racional<sup>10</sup>.

O novo institucionalismo de escolha racional ganha força a partir dos anos 1970 e é caracterizado por abarcar elementos teóricos e metodológicos das teorias precedentes acima citadas, sendo o eixo principal dessa teoria a importância das instituições na produção de resultados políticos. Em outras palavras, segundo esta vertente, as instituições, enquanto um conjunto de regras estabelecidas, influenciam o comportamento dos sujeitos, que visam, a partir de ações estratégicas, otimizar a realização de seus interesses (Müller, 2009; Peres, 2009).

Em termos resumidos, esta teoria examina como as preferências dos atores, combinadas com o arranjo das instituições, irão impactar as decisões políticas. Do ponto de vista sociológico, as instituições moldariam as preferências dos atores, isto é, influenciam as preferências a partir das quais eles estabelecem seus planos de ação. Porém, o novo institucionalismo de escolha racional não busca explicar a origem ou a formação das

---

<sup>10</sup> A teoria do novo institucionalismo abarca três perspectivas conceituais: o histórico, o sociológico e o da escolha racional. De acordo com a concepção do institucionalismo histórico a instituição era formada por procedimentos e normas, influenciando o comportamento coletivo dos membros que nela se inseriam. Por sua vez a visão do institucionalismo sociológico argumentava que não era somente o procedimento burocráticos que compunha a instituição, mas também, as significações culturais que guiam a ação humana (HALL, 2003). Apesar de importantes, essas duas conceituações, não serão aprofundadas em nossa discussão, visto os objetivos da pesquisa e as limitações da mesma. A perspectiva do novo institucionalismo de escolha racional abrange de forma efetiva os questionamentos da pesquisa.

preferências. Da perspectiva neoinstitucionalista, as instituições estão em interação com as preferências já dadas, sendo a escolha não um processo devido à socialização, mas resultante dos cálculos de utilidade feitos pelos atores num determinado ambiente institucional.

Sob essa ótica, Tsebelis (1998) defende o novo institucionalismo da escolha racional, que argumenta que os indivíduos a partir de escolhas particulares vinculadas a instituições e normas formais, optam por alternativas que atendem a melhor combinação entre meios e fins. O pressuposto desta teoria é o de que as regras formais do jogo orientam os comportamentos dos indivíduos, na tentativa destes de gerar resultados considerados vantajosos. Em outros termos, os indivíduos procuram adequar suas estratégias aos parâmetros institucionalmente estabelecidos para maximizar as chances de alcançar o que aspiram.

Instituições e normas diminuem a insegurança quanto ao futuro, porque restringem as possibilidades de escolhas dos indivíduos. As regras institucionais determinam comportamentos e antecipam os resultados (ou pelo menos possibilitam uma projeção desses), de modo que comportamentos e resultados são, em certa medida, previsíveis.

A previsibilidade está ligada ao fato de que o papel das instituições é aumentar a estabilidade do jogo político, facilitando o cálculo dos atores políticos para escolhas ótimas. Um estudo baseado na teoria da escolha racional não se limita a observar o objetivo que o ator pretende alcançar, mas busca compreender quais recursos ele irá mobilizar, dados os objetivos que coloca para si.

Essa possibilidade de projetar resultados futuros a partir de comportamentos presentes possibilita aos atores desejar certas coisas, como, por exemplo, a reeleição ou a ocupação de um cargo numa estrutura institucional. Pode-se pensar, então, que, para manter a carreira legislativa ou ascender hierarquicamente a outros cargos eletivos, os indivíduos incorporaram as regras do jogo político, e se comportam de acordo com elas.

Nestes termos, ficam mais claros os argumentos apresentados no tópico anterior, que associam as trajetórias ao jogo intrapartidário envolvendo as elites ou outros agentes partidários. Ou seja, pela teoria do novo institucionalismo de escolha racional, sustenta-se que instituições e normas se relacionam com a profissionalização e, conseqüentemente, com a maior ou menor estabilidade das carreiras políticas.

Em suma, desta perspectiva teórica pode-se afirmar que os parlamentares são indivíduos racionais, que tem consciência dos próprios interesses (por exemplo, ter sucesso na carreira política, conquistando e mantendo o poder) e buscam realizá-los da melhor forma possível.

No âmbito da democracia representativa, a realização de tais interesses passa pela construção de uma carreira política, e quase sempre isso só pode ser proporcionado pela via da reeleição. Nesse sentido, as elites políticas – especificamente as elites parlamentares podem ser consideradas atores racionais, por excelência, pois agem estrategicamente dentro das estruturas institucionais, visando alcançar seus objetivos.

Mas, apesar de suas qualidades, esta vertente merece importantes ressalvas. Se por um lado o novo institucionalismo de escolha racional contribui para a analisar a dinâmica das carreiras políticas, por outro, a teoria não confere importância ao *background* social, à história pregressa, à origem ou valores dos indivíduos em relação a seu comportamento na instituição - tais fatores são considerados como dados. Em outras palavras, a escolha racional contribui para nossa compreensão em relação ao desenvolvimento da ação, contudo, pouco diz sobre as condições que levam os indivíduos a adotar determinada conduta, pois não se preocupa com fatores particulares ou coletivos envolvidos na formação das preferências dos indivíduos (Araújo, 2009). Logo, nota-se a confluência entre duas “tradições” metodológicas desenvolvidas nessa pesquisa. A primeira corresponde a abordagem do institucionalismo da escolha racional, a outra diz respeito a análise sociológicas das carreiras.

Sendo assim, apesar das contribuições da teoria neoinstitucionalista para entender o funcionamento dos legislativos e da interferência dos sistemas eleitorais sobre o jogo político, ela desconsidera interferências externas que podem moldar as instituições. Esta lacuna é alvo de críticas dos estudiosos da área de comportamento político, visto que a teoria não permite compreender as subjetividades das ações dos indivíduos.

Em crítica aos limites do novo institucionalismo, Codato e Perissionoto (2009) alegam que os membros das elites políticas não moldam o mundo – ou as instituições – segundo sua vontade e crenças. Além do mais, lembram os autores, as escolhas não são condicionadas apenas pelas estruturas institucionais, pois a história pregressa e a origem dos atores políticos podem ser determinantes para a constituição do cenário institucional. Retomando o

pensamento de Giddens (1974), Codato e Perissionoto (2009) consideram que as oportunidades sociais para alcançar postos nas elites, os recursos de poder e o grau de influência proporcionam determinada posição ao indivíduo na estrutura social.

O próximo tópico abordará esta dimensão sociológica do problema e permitirá destacar a importância de fatores extrainstitucionais na análise das elites políticas. Merecerá destaque a literatura que aborda as carreiras políticas e a profissionalização parlamentar.

### **2.3 - Carreiras políticas e profissionalização: construção e estabilidade**

As carreiras políticas são estreitamente ligadas ao desenvolvimento da organização partidária, pois nas democracias representativas os partidos ocupam espaço fundamental no que diz respeito à competição eleitoral. As regras eleitorais, bem como a organização do estado, influenciam diretamente a distribuição de cargos políticos. Norris (1997) salienta que a forma da política administrativa e do sistema eleitoral possui impacto na estrutura de oportunidades para a ocupação de cargos políticos.

Schlesinger (1966), Borchert (2003) e Norris (1997) consentem a ideia de que as carreiras políticas desenvolvem-se segundo os sistemas de governo representativo nas quais se inserem. Em termos gerais, a concepção desses autores fundamenta-se no pressuposto de que a estrutura de oportunidades e o aparecimento de uma classe política são influenciados diretamente pelos desenhos institucionais, na medida em que estes possibilitam aos políticos desenvolver e consolidar sua carreira, obedecendo as regras institucionais. Em síntese, os modelos de carreira são desenvolvidos de acordo com a possibilidades institucionais.

Os estudos acerca de carreiras políticas podem ser fundamentados em diversas teorias, sendo as principais a *teoria do novo institucionalismo de escolha racional*, já apresentada acima, a *teoria da ambição*, a *teoria da institucionalização* e a *da profissionalização* (Pegurier, 2009). A seguir apresentaremos brevemente os principais pontos de discussão levantados por essas teorias, bem como suas conceitualizações.

A teoria da ambição desenvolvida por Schelsinger (1966) apresenta um modelo teórico para explicar o comportamento político, as carreiras seriam pautadas em ambições

progressivas ou estáticas. De acordo com o autor, a ambição é determinada pela maneira com que os indivíduos relacionam-se e cooperam entre si, de modo a cuidar de seus interesses - por exemplo, quando procuram manter-se em cargos políticos, estabelecem, então, acordos que proporcionem sua permanência no mesmo.

A pesquisa de Schlesinger (1966) mostra a percepção dos deputados em relação aos cargos-base para a ascensão de carreira, revelando que alguns cargos são considerados como “trampolins” para alcançar um maior grau na estrutura de oportunidades políticas (In: Fleischer, 1973). O estudo investigou os atributos dos atores políticos que concorriam a cargos eletivos, tendo por finalidade identificar aqueles que alcançavam a reeleição. Para isso, o autor estabeleceu tipos referentes a ambição de carreira política, classificando-as como *estática* e *progressiva*. A ambição estática ocorre quando o indivíduo pretende continuar no mesmo cargo, buscando reeleger-se sucessivamente. A ambição progressiva, por sua vez, é o desejo do político ascender a cargos mais altos.

Qualquer que seja o padrão de carreira adotado, ele implica um acúmulo de experiência que, na medida em que se consolida, resulta na profissionalização política. Segundo Polsby (1968), a profissionalização dos parlamentares assinala o grau de institucionalização do legislativo. Carreiras políticas consolidadas na arena do legislativo torna seus membros mais experientes no que concerne às atividades próprias da instituição, isto é, o parlamentar, ao manter-se no cargo, incorpora determinadas práticas que permitem sua permanência na arena legislativa e, ao mesmo tempo, impede a ascensão de *outsiders*, dificultando dessa maneira o *turnover*, ainda assim, a taxa de renovação no parlamento é alta, visto que poucos membros são realmente profissionalizados. Em vista disso, deve-se ponderar sobre as contribuições dos pressupostos da teoria da institucionalização, com o propósito de entender como as instituições fixam seus membros.

A teoria da institucionalização desenvolvida por Polsby (1968) demarca as características das instituições. Em primeiro lugar, o autor ressalta que as instituições, quando devidamente consolidadas, possuem limites claramente definidos, de modo que seus membros são recrutados dentro da própria instituição e a entrada de *outsiders* é difícil, reduzindo-se assim a circulação de membros; em segundo lugar, as funções da instituição são bem delineadas, a burocratização das atividades regula as ações e relações dos membros. Por

último, as instituições possuem características que proporcionam a universalidade das condutas, ou seja, seu funcionamento é pautado por regras que são seguidas, e o mérito substitui as relações personificadas - isso fica evidente quando Polsby destaca a utilização da *seniority* para preencher cargos nas comissões no Congresso dos Estados Unidos.

De acordo com Polsby, a institucionalização da *House of Representatives*, a câmara baixa nos Estados Unidos, promove um processo em busca da profissionalização por parte dos membros. Os deputados ao se profissionalizarem dedicam-se aos trabalhos em comissões, o que acaba por incentivar a permanência dos mesmos na Casa. Polsby ainda considera que a institucionalização é um processo constante e cumulativo, de modo que, cada vez mais, as normas da instituição se fortaleceriam. Apesar dos méritos do estudo de Polsby, Pegurier (2009) é contundente ao afirmar que a teoria da institucionalização proposta pelo autor não consegue abarcar explicações sobre as transformações nas organizações

Uma perspectiva diferente, e complementar, da questão é apresentada pela teoria da profissionalização. Um dos problemas apontados por esta teoria é o da estabilidade de carreiras políticas como apontado por Polsby (1968) e Putnam (1976), e se refere ao *turnover*. A circulação elevada entre representantes aumenta os custos para a sedimentação de elites estáveis, com experiência legislativa acumulada, e capazes de relacionar-se com as regras institucionais. De maneira geral, uma alta taxa de renovação em legislativos impedem um fluxo de trabalho contínuo e eficaz. Contudo, a chegada de novatos pode ser reflexo de uma mudança no contexto social ou da insatisfação do eleitor com seus representantes tradicionais (Polsby, 2008).

Pode-se afirmar que, em parlamentos onde existem altas taxas de renovação dos membros, a instituição é menos burocratizada e pouco consolidada. Isso significa que taxas de renovação muito altas entre os membros diminui a profissionalização e a estabilidade política, mas o fato é que os contextos institucionais podem modificar a configuração das trajetórias, possibilitando chances reais para que *outsiders* comecem suas carreiras.

A literatura americana enfatiza, nos estudos sobre o comportamento parlamentar, que o objetivo principal daqueles que ocupam cargos legislativos é a sua própria reeleição (Fenno, 1973; Morgenstein, 2003; *apud* Araújo, 2012). Ressalta-se, ainda, a importância de se manter as “raposas” no legislativo: as carreiras mais longas proporcionam maior conhecimento do

funcionamento institucional. Quando novatos entram em cena, as regras do jogo precisam ser apreendidas por eles, o que pode dificultar algumas ações e colocar entraves em alguns processos legislativos.

O ponto destacado por Pegurier, em crítica aos limites da teoria da institucionalização de Polsby, é que se por um lado a renovação excessiva do parlamento é um obstáculo à profissionalização política, por outro, a estabilidade excessiva também se apresenta como um problema. Em outras palavras, se a alta taxa de renovação enfraquece o funcionamento institucional, a alta estabilidade provoca o fechamento da classe política, ou seja, as possibilidades de carreira ficam restritas a um grupo pequeno de representantes, reforçando o grupo da elite política, que age de maneira particular. Adiante, Pegurier (2009) elucida sobre o aspecto negativo, ou pelo menos ambíguo, de tal estabilidade:

Nos sistemas modernos de governo representativo - com eleições periódicas, direito de voto universalizado e candidatos recrutados através de partidos políticos - a atividade política se transforma inevitavelmente em uma profissão. Os indivíduos com vocação e oportunidade para exercê-la, uma vez transformados em políticos profissionais, estabelecem suas estratégias e regem suas atividades de acordo com suas ambições e em função da estrutura de oportunidades políticas e das regras constitucionais do seu país. Com o tempo, os políticos começam a se reconhecer como classe e, a partir desse momento, passam a usar seus poderes legislativos para legislar em benefício da classe. Visam não só obter maiores rendimentos ou privilégios, mas também expandir a estrutura de oportunidades políticas e reduzir os riscos de serem alijados da profissão que escolheram. (Pegurier, 2009, p. 13)

O fato é que, em conjunto, as teorias mostram que compreender os processos e as estruturas institucionais conduz-nos a pensar em como os vínculos institucionais estabelecidos e a obediência às normas e procedimentos afetam as chances de permanência do indivíduo nas esferas do poder. Por isso, é fundamental averiguar fenômenos como as taxas de reeleição entre os parlamentares e a participação destes em atividades dentro do parlamento, visto que taxas altas de reeleição e ocupação de cargos no parlamento indicam a adequação do parlamentar ao jogo institucional e proporcionam maior estabilidade na carreira – embora também possa reduzir as chances de abertura do parlamento a novas representações.

Como foi argumentado, anteriormente, alguns aspectos influem na construção de carreiras políticas mais estáveis ou menos estáveis. No geral, pode-se considerar duas perspectivas de carreiras políticas mais equilibradas: a primeira, quando o político mantém-se



no poder, principalmente quando obedece uma trajetória hierárquica desse poder; outra perspectiva seria quando o político permanece no poder, porém exercendo o mesmo cargo eletivo. Visto que, o objetivo deste trabalho é analisar a elite parlamentar, consideramos como estabilidade na carreira política, particularmente no que se refere ao representantes da Ales, a manutenção do parlamentar no cargo de deputado estadual.

Consideram-se carreiras menos consolidadas as de indivíduos que entram no legislativo sem possuir experiência prévia em cargos públicos eletivos ou administrativos e, apesar de eleitos, não conseguem manter-se no poder, em nenhum cargo. Existem ainda aqueles representantes que estão no poder, porém oscilam na ocupação de cargos eletivos, ora são representantes nacionais, ora estaduais, por vezes representantes municipais, ou ainda em determinado momentos estão no executivo, em outros no legislativo. Estes últimos não estruturam uma lógica de carreira ascendente ou constante, mas oscilante.

Ao apresentar a teoria da ambição desenvolvida por Borchert (2003), Pegurier (2009) lembra que a ascensão na carreira está ligada à estrutura institucional de oportunidades oferecida pelo sistema político. Assim, as carreiras são incentivadas pela disponibilidade de cargos públicos que podem ser disputados, a real possibilidade de acesso a esses cargos e o interesse dos políticos em ocupar tais cargos (Borchert, 2003).

Araújo (2012) mostra que para Borchert as carreiras políticas podem ser de três tipos: unidirecional, alternativo e integrado. Para Araújo, seria o modelo de tipo integrado que abarcaria as atuais carreiras políticas desenvolvidas em países como o Brasil. Ou seja, onde há oferta de muitos postos à disputa política, as oportunidades de carreira são diversas e proporcionam mudanças de trajetória por parte dos políticos. Pegurier apresenta, então, um esquema desenvolvido por Borchert dos tipos de carreiras políticas que podem ser construídas:

### Quadro 3 – Tipos de carreiras políticas

<b>Tipo de carreira</b>	<b>Direção</b>	<b>Vinculação</b>
alpinista ( <i>climber</i> )	unidirecional	Sucessão
guardião ( <i>guardian</i> )	Unidirecional	Acumulação
saltador ( <i>bouncer</i> )	Integrada	Sucessão
coletor ( <i>collector</i> )	Integrada	Acumulação
fiel(loyalist)	Alternativa	sucessão
barão (baron)	Alternativa	Acumulação

FONTE: Borchert, 2004, p. 12 *apud* Pegurier, 2009, p.45.

Os tipos de carreiras definidos por Borchert (2004) são combinações entre a direção e a vinculação das mesmas. A direção pode ser unidirecional (quando o político galga patamares superiores na esfera eletiva e não retorna a cargos mais baixos), alternativa (o representante se mantém no mesmo cargo) e integrado (o representante sempre estará ocupando algum cargo, independente do nível hierárquico). A vinculação pode se desenvolver de duas maneiras: através da sucessão ou da acumulação.

Para Borchert (2003), os padrões de carreira política incidem na composição dos sistemas políticos. Em sistemas políticos em que a oferta de oportunidades para as carreiras são maiores, como no caso do Brasil, a probabilidade de um político alcançar e abandonar cargos também é maior, resultando em carreiras menos consolidadas nos legislativos. Entretanto, a demanda pelos cargos também é muito elevada. Devido essa grande oferta de aspirantes disponíveis, os mecanismos de profissionalização são importantes, pois, aumenta a chance de se permanecer no poder. Borchert destaca:

*The frequency of career moves is extremely high in Brazil. The combination of electoral insecurity, multitude of attractive and professionalized offices, and the chance to temporarily leave Parliament without losing one's seat makes for a constant shopping for better opportunities. The risk to lose one's office in the upcoming election is almost as high as the chance to win another one. ( Borchert, 2003, p.16)*

Pergurier (2009) aponta que um dos problemas relacionados à estabilidade das carreiras políticas é a motivação. Dentre as motivações para perseguir a carreira política pode-se destacar a disponibilidade de cargos no sistema político, a possibilidade de realização de objetivos por meios racionais com fins utilitários e o retorno do investimento já realizado na carreira (Black, 1972; In: Pergurier, 2009).

Em outras palavras, a estrutura de oportunidades políticas depende de outras estruturas, que variam de um país a outro. Depende, por exemplo, da 'estrutura institucional', que envolve o número de assembleias legislativas e de cargos administrativos do sistema político, assim como as relações de poder e a distribuição de funções entre o poder executivo e o legislativo, nos diferentes níveis do Estado. Depende também da 'estrutura de representação', ou seja, das relações entre os eleitores e os representantes e governantes por eles eleitos. E, finalmente, depende da 'estrutura organizacional' dos partidos e dos grupos de interesses que se formam para informar e influenciar as deliberações dos legislativos e as ações dos executivos, em todos os três níveis - local, regional e nacional. (Pegurier, 2009, p.44)

Isso pode ser exemplificado pelos estudos de Miguel (2003), Braga (2009) e Marengo dos Santos (2000). Estes autores indicam a tendência de, em eleições proporcionais, serem eleitos candidatos com perfis mais variados e sem experiência prévia, o que possibilita um maior ingresso de novatos na política; já em eleições majoritárias, segundo os autores, existe um filtro que exige maior experiência dos eleitos.

Segundo Marengo dos Santos (2000), as carreiras são projetadas pela disponibilidade de recursos aos quais cada indivíduo, aspirante ao cargo parlamentar, pode beneficiar-se. Os recursos, sendo coletivos ou individuais, são distintos para cada indivíduo. Caso os recursos sejam coletivos, advindos dos partidos, para valer-se deles, os membros devem seguir as regras e diretrizes da organização. Caso contrário, isto é, se os recursos a serem usados pelo indivíduo na disputa política procedem do capital político privado, as carreiras são impulsionadas por atributos pessoais e círculos sociais particulares que cada indivíduo constrói. Tais recursos são empregados na concorrência pelos cargos políticos.

O conjunto de argumentos acima apresentados nos permite compreender melhor os padrões de carreira dos representantes, sejam eles *outsiders* ou experientes na profissão política. No tópico a seguir mobilizaremos a literatura que aponta elementos sobre o perfil social e a construção de carreiras políticas no Brasil, tendo em vista a estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema político brasileiro.

## **2.4 –Recrutamento, profissionalização, carreiras legislativas e os estudos sobre elites parlamentares no Brasil**

Em termos de reflexão, pode-se dizer que o debate principal sobre a ascensão na carreira política no Brasil coloca a seguinte questão: os políticos brasileiros seguem um modelo de carreira regressivo, progressivo, dinâmico ou estático? Em outras palavras, os políticos brasileiros buscam manter-se em um cargo eletivo sendo reeleitos, almejam alcançar cargos eletivos mais altos, ou apenas se importam em exercer algum mandato eletivo?

No Brasil, o partido possui o monopólio da seleção de candidatos: só concorre aos pleitos quem for filiado a algum partido político como previsto na Lei Orgânica dos Partidos Políticos 9.0964/95. Além disso, os próprios partidos estabelecem regras internas que devem ser seguidas pelos aspirantes a candidatos (Braga, 2008; Braga et al, 2009; Bolognesi, 2009). O arranjo institucional no Brasil, assentado no presidencialismo, no federalismo e na representação proporcional com lista aberta, oferece amplas oportunidades de carreira política, devido ao grande número de cargos e, portanto, de possibilidades de acesso ao poder<sup>11</sup>.

Alguns pesquisadores ocuparam-se de compreender como decorre o processo de recrutamento realizado pelos partidos brasileiros (Marengo dos Santos 2000, 2002; Rodrigues, 2002; Braga, 2008; Braga et al, 2009; Bolognesi, 2009). Os autores apontam que, diferentemente do que propunham certos pesquisadores acerca do arranjo institucional brasileiro<sup>12</sup>, os partidos conseguem controlar o processo de seleção de candidatos, sendo, portanto, fatores explicativos importantes para os padrões de carreira existentes no Brasil.

Trabalho relevante para compreender os padrões de recrutamento no legislativo brasileiro é o de Marengo dos Santos (2000). O autor buscou em sua pesquisa conhecer os padrões de recrutamento realizados pela Câmara dos Deputados entre os anos de 1946-1998. Para tanto, recorreu à teoria institucionalista, com a finalidade de mostrar que a construção de

---

<sup>11</sup>No Brasil a diversidade de oferta para cargos políticos eletivos não ameaçam a carreira política, visto que o parlamentar quando almeja disputar outros cargos não precisa abdicar do seu posto para concorrer as eleições, assim, mesmo não alcançado outro cargo, permanece estável em seu posto.

<sup>12</sup>Autores como Ames (2003), Mainwaring (1991) e Samuels (1999) defendem que o arranjo institucional brasileiro não consegue manter os níveis de coesão e disciplina partidária. De acordo com Mainwaring (1991) os partidos são incapazes de controlar suas funções, sendo usados pelas elites políticas meramente como trampolim para a vida pública. Esta seria uma consequência do modelo institucional adotado no país.

carreiras políticas são impulsionadas pelas influências institucionais, particularmente as influências partidárias, às quais os indivíduos se submetem com o intuito de manter-se nas esferas do poder.

Ao investigar os padrões de recrutamento parlamentar, o autor mostra que as teorias políticas associam as formas dos sistemas eleitorais à competição e, portanto, ao recrutamento eleitoral. O autor examina a literatura sobre partidos políticos<sup>13</sup> para assim justificar a sua hipótese, qual seja, a da capacidade dos partidos brasileiros em influenciar as trajetórias políticas e o processo de seleção. Evocando o argumento weberiano, aponta que a institucionalização dos partidos políticos provocou a profissionalização de seus membros, os partidos foram centralizados e agregaram densidade organizativa, transformando o cenário da competição política e da representação.

Para Marengo dos Santos (2000), um dos indicadores da influência dos partidos na formação das carreiras políticas no Brasil está na clara associação entre a trajetória política dos parlamentares e a ideologia dos partidos aos quais pertencem. As carreiras políticas dos membros de partidos de esquerda no Brasil tendem a ser mais endógenas e se baseiam em recursos coletivos e organizacionais: os parlamentares procuram apoio em bases sociais coletivas, geralmente faz parte da sua trajetória política a participação em associações e movimentos sociais, os quais permitem construir essa base de apoio, principalmente com os recursos materiais e humanos (por exemplo os militantes) dos partidos. Por sua vez, os membros de partidos de direita baseiam sua carreira em recursos individuais de dirigentes ou capital político próprio, incentivados por modelos de política mais personalista (Miguel, 2003; Braga, 2009; Marengo dos Santos, 2000; e Marengo dos Santos e Serna, 2007).

O trabalho de Rodrigues (2002) converge com esses argumentos, também mostrando que o vínculo partidário dos representantes está associado não apenas à suas trajetórias pregressas, mas as suas filiações ideológicas. Sendo assim, o parlamentar, de acordo com suas experiências ou crenças, se afina mais com determinado partido de esquerda ou de direita fazendo parte do mesmo. Deve-se atentar, no entanto, para o fato da classificação “direita” e “esquerda” conter uma noção mais no aspecto metodológico, muitas vezes definindo quem

---

<sup>13</sup>Não vamos expor aqui a discussão sobre as definições e papel dos partidos políticos, sua formação e desenvolvimento. Para tal, basta ver Durverger 1970, Sartori 1982 e Marengo dos Santos 2000. Para o desenvolvimento da nossa pesquisa basta saber que os partidos são organizações com determinadas regras que influenciam a configuração dos sistemas políticos e da competição eleitoral.

está no poder e quem está na oposição, que um aspecto ideológico, em razão dos partidos englobarem em suas causas necessidades distintas, caracterizando-se mais por um partido de *catch all*.

A conclusão a qual Rodrigues (2002) chega, em harmonia com o argumento dos autores supracitados, é a de que o perfil social do indivíduo influenciará na escolha do partido ao qual se filia e pelo qual vence as eleições: quanto melhor a condição financeira maior proximidade com partidos de direita, caso contrário maior será a aproximação com partidos de esquerda; experiências em associações civis e movimentos sociais o vínculo tenderá a ser com partidos de esquerda, os membros de partidos de direita quase não possuem vínculos com movimentos sociais.

Enfim, os estudos existentes permitem mostrar que as instituições partidárias têm importante conexão com as trajetórias políticas dos parlamentares brasileiros. Mas há outras instituições importantes além das partidárias, para se entender esse fenômeno. O jogo político brasileiro, com suas particularidades, deve ser visto como uma disputa por carreiras políticas numa estrutura institucional complexa e hierarquizada, onde experiências em cargos no executivo e no legislativo se mesclam. Ao que tudo indica, no Brasil, a carreira ideal deve agrupar ambas as experiências: o Executivo permite uma concentração de poder e tem como consequência maior visibilidade do político, enquanto que ocupar cargos no Legislativo permite maior contato com o eleitor e com seus pares, que são importantes no apoio para uma eleição ou para desempenhar seu papel como legislador.

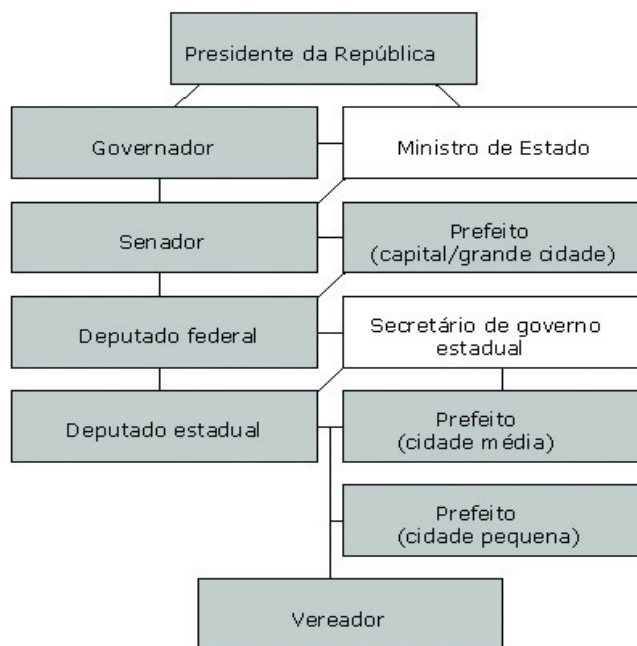
Dadas as peculiaridades do caso brasileiro, Santana (2008) e Pereira e Leoni (2003) afirmam que os estudos referentes às carreiras políticas no Brasil exigem uma melhora na tipologia. Dessa maneira, propõem mais dois tipos de ambição, além dos anteriormente citados: a *dinâmica* e a *regressiva*.

Segundo Santana (2008), a ambição dinâmica é observada quando a meta dos atores políticos é ocupar qualquer cargo eletivo, não importando se mais baixo ou mais alto segundo a escala hierárquica do poder, o importante é fazer parte das esferas do poder. No mesmo sentido, Anastasia, Castro e Nunes (2010) ressaltam que, ao contrário dos políticos norte-americanos, que tem como meta a permanência no mesmo cargo por meio da reeleição, a ambição dos parlamentares brasileiros é mais dinâmica, visto que estes constroem trajetórias

diversas com a finalidade de manter-se no poder, independentemente da arena ou dos cargos que ocuparão. Por sua vez, Leoni e Pereira (2003) lembram que a ambição pode ser também do tipo regressiva. De acordo com essa classificação, os indivíduos que ocupam determinado cargo regressam para cargos mais inferiores.

Em convergência com estes autores, Miguel (2003) nos apresenta a estrutura de carreira política no Brasil, indicando os principais cargos eletivos em disputa e cargos almeçados na administração pública. Para a nossa análise, adotaremos o modelo piramidal de oportunidades de carreira, como proposto por Miguel no quadro abaixo.

**Quadro 4 - Estrutura de oportunidades das carreiras políticas no Brasil**



NOTA DO AUTOR: As caixas em cinza indicam cargos escolhidos pelo voto popular  
 FONTE: MIGUEL, 2003, p. 117

Ao analisar o quadro proposto por Miguel podemos concluir, de maneira geral, que as oportunidades de carreiras políticas podem ser dispostas em uma estrutura hierarquizada, tendo um formato piramidal: quem está na base da pirâmide teria o desejo nato de ascender, contudo, quanto maior o nível a alcançar, menor o número de vagas disponíveis, de modo que a competição aumenta conforme o nível do cargo.

Mas Luís Felipe Miguel ressalta que os parlamentares não iniciam, necessariamente, na base da pirâmide para irem subindo a cada eleição. Também não se preocupam em manter-se no mesmo cargo, mas adotam uma trajetória oscilante, ou dinâmica, como define Santana (2008). Devido à oferta de oportunidades, as quais não dependem exclusivamente das eleições, mas das relações que os atores estabelecem (tanto com a regras institucionais, bem como outros atores envolvidos), da disponibilidade de recursos empregados na construção da carreira (coletivos ou individuais), do *background* social e da profissionalização política. Segundo Miguel (2003), todos esses fatores incidiriam na construção e na estabilidade das carreiras políticas.

De fato, as pesquisas sobre carreiras políticas já nos apontaram que as trajetórias políticas no Brasil não seguem uma lógica linear, indicando que não é necessário acumular experiência em cargos eletivos inferiores para ascender na estrutura de cargos políticos vigente no país. Dadas as diversas alternativas de cargos a serem disputados, os recursos que os indivíduos dispõem, sejam coletivos ou individuais, relacionados ao capital social, político ou econômico, possibilitam que tais indivíduos possam concorrer e alcançar cargos mais altos sem passar pelos mais baixos. Neste contexto institucional, a trajetória política tende a não ser linear, promovendo uma profissionalização sequencial e cumulativa, mas em trajetórias diversificadas no processo de profissionalização política.

### **Comentários finais**

A partir das teorias analisadas, foi possível compreender como se dá a construção de carreiras políticas entre legisladores. Podemos destacar como principais pontos teóricos do capítulo as seguintes abordagens:



**Quadro 5 – Principais Teorias sobre construção de carreiras políticas**

Teoria da Ambição	Teoria da Institucionalização	Teoria da Profissionalização
<p>- Schelsinger (1966) apresenta um modelo teórico para explicar o comportamento político. De acordo com o autor, a ambição é determinada pela maneira com que os indivíduos relacionam-se e cooperam entre si, de modo a cuidar de seus interesses.</p> <p>- Cargos são “trampolins”</p> <p>- Tipificação de carreiras: <b>estática ou progressiva.</b></p> <p>Leoni e Pereira (2003) e Santana acrescentam para o caso do Brasil: <b>dinâmica e a regressiva.</b></p>	<p>- Polsby (1968) : demarca as características das instituições.</p> <p>- A institucionalização da <i>House of Representatives</i>, a câmara baixa nos Estados Unidos, promove um processo em busca da profissionalização por parte dos membros.</p> <p>- Em parlamentos onde existem altas taxas de renovação dos membros, a instituição é menos burocratizada e pouco consolidada. Ttaxas de renovação muito altas entre os membros diminui a profissionalização e a estabilidade política, mas o fato é que os contextos institucionais podem modificar a configuração das trajetórias.</p>	<p>- Pode-se dizer que a teoria da profissionalização desenvolveu-se embasada nos pressupostos das teorias apresentadas anteriormente.</p> <p>- De acordo com a estrutura de oportunidades oferecidas pelo sistema político ou pela instituição, e de acordo com interesses e objetivos pretendidos, o representante possui maiores ou menores chances de profissionalização.</p> <p>- A profissionalização pode se dar no sentido do “viver para a política”, como propôs Weber.</p> <p>- A profissionalização deve admitir experiência em cargos e desenvolvimento de atividades políticas.</p>

**Fonte:** Elaboração própria a partir da discussão das teorias utilizadas.

Com os argumentos acima, foram destacadas algumas evidências na literatura especializada sobre a trajetória dos parlamentares no Brasil e suas relações com o perfil social dos parlamentares, por um lado, e a influências institucionais, por outro. Porém, vale ressaltar que os estudos sobre legislativo no Brasil, na maior parte dos casos, restringem-se a análises da Câmara dos Deputados e, em seguida, do Senado, pouco explorando os legislativos subnacionais e locais.

Pouca atenção foi dada à questão das carreiras políticas dos parlamentares, no que concerne ao plano subnacional e local, ou seja as pesquisas sobre trajetórias políticas e

*background* social, no Brasil, focaram seus esforços em observar o Congresso Nacional, relegando os legislativos estaduais e municipais. Exceções podem ser vistas no trabalho de Kerbauy (2005), Grill (2008), Chaves (2009) e Bertholini et al (2012) os quais buscam compreender em seus trabalhos a formação das elites locais, ora estaduais, ora municipais.

Tais apontamentos sobre as características dos parlamentares elucidam principalmente a composição das bancadas partidárias no Congresso Nacional, podendo não ser essa a realidade dos legislativos subnacionais e locais. Por isso, nos propomos conhecer as trajetórias dos parlamentares do legislativo capixaba e seus reflexos na composição da representação parlamentar no Espírito Santo.

### **3. Delineamentos do perfil social e das trajetórias políticas dos deputados estaduais do Espírito Santo**

Enquanto nos capítulos precedentes explanamos acerca das teorias que discutem a formação das elites políticas, sua ascensão e sua consolidação no poder, este capítulo possui o objetivo de observar empiricamente o perfil social e a trajetória política de um específico grupo de elites: os parlamentares que compõem o poder legislativo estadual do Espírito Santo de 1986 a 2010. O esforço aqui vai no sentido de compreender como essas elites são formadas e como elas conseguem permanecer no poder. Ademais, também se observou a relação dos perfis políticos e o impacto nas oportunidades de carreiras no âmbito intraparlamentar.

Com base em perspectivas teóricas apresentadas nos capítulos anteriores, levantou-se a hipótese de que determinados padrões socioeconômicos e trajetórias políticas facilitam o acesso dos deputados à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), e, dentro dela, a ocupação de cargos relevantes na estrutura de poder da Casa. Em outras palavras, argumenta-se que determinados perfis possuem maiores chances de, ao chegar à Assembleia, estabelecerem-se em posições de mando dentro da estrutura organizacional.

A pesquisa empírica reuniu dados biográficos dos deputados estaduais eleitos no período entre 1986-2010. Foram compilados dados em relação à idade, escolaridade, região de origem, profissão, participação em associações politicamente relevantes, experiência em cargos eletivos no executivo e no legislativo, experiência na administração pública e experiência em cargos importantes na Assembleia. Para a análise dos dados foi utilizado o SPSS, que permitiu averiguar com maior precisão as informações disponíveis, além de possibilitar o teste de correlação entre as variáveis.

No total foram avaliadas 207 vagas ao longo do período. Entretanto isso não quer dizer que 207 indivíduos diferentes foram eleitos deputados estaduais, mas a quantidade de cadeiras que puderam ser ocupadas no intervalo analisado. Temos assim a seguinte distribuição: na 11ª legislatura foram eleitos 27 deputados e nas demais foram eleitos 30 parlamentares cada. Devemos lembrar que ao longo do período houve reeleições, sendo que, dessas 207 vagas, 41 foram ocupadas por indivíduos que passaram pela reeleição.

Apesar do nosso esforço no levantamento dos dados, não foi possível encontrar algumas informações relativas a determinados deputados, principalmente aquelas relacionadas

a experiência política. Em alguns casos, a falta de informação reflete nos resultados, mas não inviabiliza a análise.

O presente capítulo está distribuído em três partes, além desta apresentação e das considerações finais. Inicialmente nos ocuparemos da análise de dados correspondentes aos perfis sociais dos legisladores, onde foram verificadas as seguintes variáveis: sexo, idade, região de origem, escolaridade e profissão. Em seguida, examinamos elementos que constituem o perfil político dos parlamentares, considerando-se os seguintes itens: partidos (composição partidária da Ales), participação em atividades sindicais, representativas de classe e associativas, ocupação de cargos na administração pública, no poder legislativo e no poder executivo anterior à chegada na Assembleia e, por fim, avaliaremos sinais de consolidação da carreira parlamentar tendo em vista a *seniority*, isto é, a experiência prévia do representante no próprio cargo de deputado estadual.

A última parte do capítulo buscará correlacionar perfis e trajetórias com a ocupação de cargos de liderança parlamentar na Ales. Aqui, proporemos o teste da hipótese que permeia este trabalho de que determinadas trajetórias, com certo acúmulo de experiência, promovem maiores chances de ocupação de cargos de comando na estrutura de poder da Assembleia e, com isso, favorece a consolidação de carreiras políticas dos parlamentares.

### **3.1 Análise de Dados: Trajetórias e perfis dos legisladores.**

#### **3.1.1 O perfil social da elite parlamentar do Espírito Santo**

Dentre as variáveis relacionadas com o perfil social, a primeira a ser analisada diz respeito à representação parlamentar de acordo com o gênero. A presença feminina em espaços políticos já não é mais tão recente na história do Brasil, pois desde a Era Vargas, precisamente desde o código eleitoral de 1932, foi permitido às mulheres ocuparem cargos eletivos em âmbito nacional. Embora tenham se passado 81 anos, pesquisas que relacionam gênero e ocupação de cargos mostram que há uma sub-representação feminina nos cargos eletivos. Os dados abaixo apresentados comprovam essa afirmação:

**Tabela 1 - Representação parlamentar de acordo com o gênero**

Legislaturas								
Sexo	11	12	13	14	15	16	17	Total
	0	2	2	1	5	3	4	17
<b>Mulheres</b>	0.0%	6.7%	6.7%	3.3%	16.7%	10.0%	13.3%	8.2%
	27	28	28	29	25	27	26	190
<b>Homens</b>	100%	93.3%	93.3%	96.7%	83.3%	90.0%	86.7%	91.8%
	27	30	30	30	30	30	30	207
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

De acordo com Costa (2010) a desigualdade na representação parlamentar entre gênero se deve aos seguintes fatores: influências sócio-culturais, sócio-econômicas e as instituições políticas. A autora, ao analisar o caso da representação parlamentar feminina em Portugal, afirma que:

...apesar das mudanças positivas [em relação à igualdade de gênero], os homens continuam a prevalecer na elite política, nomeadamente devido a factores como exigências familiares mínimas, melhor formação ou melhor situação profissional. Ainda que muitas barreiras culturais hoje existentes possam ser ultrapassadas, tem de haver um envolvimento permanente entre Homens e Mulheres para que a legitimidade da ocupação de lugares de poder por mulheres seja completamente aceite. (Costa, 2010, p. 13)

No Brasil, apesar da lei eleitoral brasileira reservar 30% das candidaturas para as mulheres, a cota de mulheres na Câmara dos Deputados fica em torno de 10%. Pesquisa de Perissinoto et al (2009) em relação aos representantes parlamentares paranaenses mostra que 95,7% dos deputados estaduais são do sexo masculino, enquanto 4,3% são do sexo feminino<sup>14</sup>. Por sua vez, Silveira (2009) ao analisar a Assembleia Legislativa do Mato Grosso expõe que apenas 10% dos parlamentares são mulheres<sup>15</sup>. Apesar de ambas as pesquisas analisarem períodos diferentes do proposto na nossa análise, ou pelo menos englobar parte do período, elas convergem para tendências próximas as encontradas no legislativo do Espírito Santo.

<sup>14</sup> Perissinoto et al (2009) analisa três legislaturas, sendo elas: 13ª, 14ª, 15ª, as quais englobam o período entre 1994 e 2002.

<sup>15</sup> Silveira (2009) analisa o período entre 1983 a 2002, correspondentes a 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 13ª legislaturas.

Se observarmos a tabela 1 vemos que também para o caso do legislativo estadual capixaba a representação feminina é muito baixa, correspondendo a 8,2% do total de deputados no período. Entre a 11ª e 14ª legislaturas, houve oscilação no número de mulheres que ocuparam cadeiras na Ales, número que se estabilizou a partir da 15ª, apesar de elas continuarem subrepresentadas no geral. Também é na 15ª que observamos o maior número de representantes do sexo feminino, sendo 5 (16,7%) mulheres num total de 30 parlamentares estaduais.

Em relação à idade dos deputados pode-se afirmar que não existe uma regularidade da média, pois ao longo do período observam-se oscilações para mais ou para menos, impedindo se estabelecer um padrão de idade. No entanto, ao longo do período, nota-se uma tendência ao aumento da média de idade, de cerca de 40 para cerca de 50 anos. Esse fenômeno é, em alguma medida, resultado das reeleições de alguns parlamentares que vão se consolidando na carreira legislativa e ficando velhos no cargo.

**Tabela 2 - Média de Idade dos Parlamentares de acordo com o gênero**

Legislatura	Mulheres		Homens	
	Média	N	Média	N
11	-	-	43,26	27
12	44,00	2	41,56	27
13	40,00	2	42,44	27
14	43,00	1	47,55	29
15	52,00	5	45,12	25
16	52,00	3	45,89	27
17	51,25	4	49,96	26
Total	48,94	17	45,11	188

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Comparando a média de idade entre homens e mulheres, pode-se afirmar que a média feminina, em anos, é mais elevada, mostrando que mulheres demoram mais a adentrar a carreira legislativa. A média de idade feminina varia entre 40 e 52 anos, enquanto a masculina fica entre aproximadamente 41,5 e 50 anos. Em ambos os sexos não há discrepâncias elevadas em relação às gerações representadas, em geral, homens e mulheres fazem parte da mesma geração. A média geral ficaria aproximadamente em torno dos 47 anos. O aumento da média parece ter alguma relação com o fenômeno da *seniority* e sugere que a idade, e a experiência

que ela traz, é um fator importante na competição para cadeiras na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

A origem dos deputados pode nos indicar os vínculos e interesses defendidos por eles, bem como suas prováveis bases eleitorais. Embora esse foco de análise não caiba na proposta deste trabalho, é importante revelar a distribuição geográfica dos parlamentares que passaram pela Assembleia no período em questão:

**Tabela 3 - Origem dos deputados de acordo com região geográfica**

Região	Legislatura							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
<b>Região Metropolitana</b>	11 40,7%	9 30,0%	11 36,7%	12 40,0%	18 60,0%	15 50,0%	13 43,3%	89 43,0%
<b>Região Norte</b>	11 40,7%	7 23,3%	6 20,0%	10 33,3%	3 10,0%	7 23,3%	11 36,7%	55 26,6%
<b>Região Serrana</b>	0 0,0%	2 6,7%	2 6,7%	1 3,3%	1 3,3%	3 10,0%	0 0,0%	9 4,3%
<b>Região Sul</b>	5 18,5%	12 40,0%	8 26,7%	7 23,3%	7 23,3%	4 13,3%	4 13,3%	47 22,7%
<b>Outro Estado</b>	0 0,0%	0 0,0%	3 10,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,4%
<b>Sem Informação</b>	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 3,3%	1 3,3%	2 6,7%	4 1,9%
<b>Total</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Ao analisar os dados demonstrados na tabela acima observamos que a maioria absoluta dos representantes são, oriundos, da Região Metropolitana, porém, deve-se atentar para a agregação das regiões do interior. Quando somadas, elas correspondem a 53,6% dos parlamentares, o que pode indicar uma forte presença de lideranças locais no parlamento capixaba.

No Espírito Santo, entre 1946 e 2002, a maior parte do eleitorado concentrava-se nas regiões interioranas, como apontando por Pereira (2002). Tal situação pode ter sido um dos reflexos na distribuição dos parlamentares na Assembleia Legislativa, segundo a região. Existe uma conexão eleitoral entre o representante e o número de votos em uma dada região, o representante concentra seus esforços políticos em favor de um determinado lugar, em troca desses votos.

**Tabela 4 – Nível de Escolaridade dos parlamentares (%)**

Escolaridade	Número da legislatura							Total	
	11	12	13	14	15	16	17		
<b>Superior</b>	80,8	69,2	69,2	65,5	66,7	80,0	89,7	146	74,5
<b>Médio</b>	3,8	11,5	26,9	27,6	30,0	16,7	6,9	35	17,9
<b>Fundamental</b>	15,4	19,2	3,8	6,9	3,3	3,3	3,4	15	7,7
<b>Total (100%)</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>196</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

A literatura brasileira que aborda a escolaridade dos representantes no plano nacional indica um alto grau de instrução educacional entre os parlamentares, mais de 80% deles possuem ensino superior completo (Marengo dos Santos, 2000; Rodrigues, 2002). O mesmo se aplica nos casos em que são analisados os legisladores estaduais como faz Perissinoto *et al* (2009), argumentando que uma maior escolaridade proporciona maiores chances de acesso a postos de comando político, e tal é comprovado por seus dados.

No Espírito Santo, como mostra a tabela 4, a maior parte dos representantes possui um alto grau de escolaridade, pois 74,5% possui ensino superior completo. Apesar de uma oscilação entre a 12<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> legislaturas, ao longo do tempo pode-se perceber o aumento do “volume de capital escolar”, o que, segundo Freire (1998), pode favorecer a ascensão na carreira parlamentar e proporcionar a especialização técnica na função parlamentar.

Como vimos nos capítulos precedentes, à profissão é um indicador do grupo social do qual o legislador faz parte e pode apontar os interesses por ele defendidos. Segundo a literatura, algumas profissões proporcionam maiores chances de desenvolver uma carreira política. Como apontado por Weber (2006) as carreiras liberais seriam as mais adequadas para aqueles que almejam adentrar na vida política. Alguns dos fatores favoráveis seriam a capacidade retórica e a disponibilidade de tempo para as atividades políticas. Abaixo expomos as principais profissões – ou grupos profissionais – encontradas entre os deputados estaduais, assim temos:



**Tabela 5 – Profissões dos deputados estaduais (%)**

Profissões	Número da legislatura							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
Administrador	3,0	-	2,9	-	2,6	8,1	3,0	2,9
Assistente administrativo	-	-	-	-	-	-	3,0	0,4
Comunicadores, Radialistas e Jornalistas	15,2	2,9	14,7	5,7	7,9	10,8	12,1	9,8
Empresários e Comerciantes	15,2	8,6	8,8	25,7	10,5	16,2	15,2	14,3
Engenheiro	3,0	8,6	2,9	8,6	5,3	2,7	6,1	5,3
Funcionário Público	12,1	17,1	11,8	5,7	13,2	2,7	3,0	9,4
Militar	-	5,7	2,9	8,6	7,9	2,7	-	4,1
Político Profissional	3,0	5,7	11,8	11,4	5,3	-	-	5,3
Produtor Rural	12,1	20,0	5,9	8,6	-	-	6,1	7,3
Professor	3,0	5,7	-	-	7,9	5,4	3,0	3,7
Profissionais da Área Jurídica	12,1	14,3	8,8	8,6	10,5	18,9	27,3	14,3
Profissionais da Saúde	12,1	5,7	11,8	11,4	13,2	18,9	9,1	11,8
Religioso	3,0	-	2,9	-	2,6	2,7	-	1,6
Trabalhador	3,0	-	-	-	5,3	5,4	-	2,0
Outros	-	-	2,9	-	7,9	2,7	9,1	3,3
Sem informações	3,0	5,7	11,8	5,7	-	2,7	3,0	4,5
<b>Total (100%)</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

A despeito das oscilações ao longo do período, na Ales destacam-se entre as principais profissões dos membros, as atividades ligadas à “Área jurídica” (advogados, juízes, desembargadores e etc), além de “Empresários e Comerciantes”, ambos correspondem a 14,3% cada um, do total de representantes. Em seguida tem-se uma representatividade significativa de profissionais da “Área da Saúde”, englobando 11,8% dos deputados eleitos no período.

Se por um lado a classificação das profissões que apresentamos confirma a proposição de Weber e dos demais teóricos elitistas, sugerindo que profissões liberais, nesse contexto, são mais propícias ao desenvolvimento de carreiras políticas, por outro lado, a forte presença de empresários e comerciantes contradiz a mesma proposição, visto que este grupo pouco se ocuparia das atividades públicas, devido a sua preocupação com aspectos particulares de seus interesses (Rodrigues, 2002).

Uma categoria que chama atenção é a daqueles deputados que se consideram políticos profissionais. As profissões são autodeclaradas pelos legisladores em suas biografias e nas fontes pesquisadas (por exemplo TSE e nos arquivos da Ales), assim alguns se declararam como políticos profissionais. Ainda sob a ótica weberiana, políticos profissionais vivem “da” e “para” a política e são indivíduos preparados para compreender o funcionamento burocrático

das instituições e desempenhar atividades públicas. Embora essa categoria tenha tido uma presença expressiva nas primeiras legislaturas estudadas, ela não aparece entre as profissões nas últimas duas legislaturas, resultando numa baixa da média geral do período.

Sendo assim, podemos propor, como aspectos gerais do perfil social dos parlamentares capixabas, que a maioria é composta por homens, com uma idade aproximada de 47 anos, oriundos principalmente do interior do estado, alta escolaridade (nível superior completo) e tendo como principais atividades profissionais as profissões jurídicas e empresariais (empresários e comerciantes).

### **3.1.2 Perfil político dos deputados estaduais e aspectos institucionais da Ales**

O período inicial analisado nessa pesquisa é concomitante ao momento em que o Brasil ainda está reestruturando seu sistema governativo, devido ao declínio do regime militar. A década de 1980 é marcada pelo fim do bipartidarismo e, conseqüentemente, pela emergência de novas legendas partidárias. Os anos 1990, portanto, configura-se como uma etapa na qual estes partidos estão se consolidando no cenário político nacional – e local.

A literatura que aborda os aspectos políticos locais enfatiza que a representação no Espírito Santo foi marcada pela formação de oligarquias que comandaram postos de poder (Ueber, 2009; Pereira, 2004; Zorzal e Silva, 1995). Tal fato está ligado à estrutura econômica do estado, que prevaleceu, até a década de 1960, baseada na economia cafeeira que concentrava poder na figura de lideranças locais.

Com a implementação de projetos de desenvolvimento industrial no período militar, bem como a emergência dos movimentos sociais, começam a surgir novos atores ligados ao setor urbano, diminuindo a influência das lideranças interioranas na política estadual. O desenvolvimento econômico focado na indústria desloca também a população, antes concentrada nas cidades do interior, para o eixo da Região Metropolitana da Grande Vitória (Zorzal e Silva, 1995; 2010). Contudo, a predominância da elite política já estabelecida irá marcar sua presença nos espaços institucionais nas décadas de 1980 e 1990, como elucidados por Zorzal e Silva (2010, p.5):

Apesar da relativa emergência de novas lideranças [no Espírito Santo], seja nos movimentos populares e estudantil, seja no movimento operário, a cena

política ainda seria dominada nas décadas de 80 e 90 pelos velhos caciques com suas estratégias mais afeitas aos padrões personalistas e clientelistas.

O cenário político do estado no período da nossa análise é marcado por dois momentos significativos na configuração do espaço político institucional. O primeiro refere-se aos anos 1980 e 1990, o segundo posterior aos anos 2000 (especificamente a partir de 2002). Este é marcado por certa consolidação da representatividade e de lideranças, sobretudo no legislativo, como será demonstrado mais a frente com a análise da taxa de reeleição entre os deputados estaduais. Aquele é constituído por uma crise de governo e representatividade assinalados, entre outras coisas, pela alta taxa de fragmentação da Ales e ao controle de cargos na instituição (Zorzal e Silva, 2010; Pereira, 2002; Domingues, 2001).

Dessa maneira, considerando a importância da dimensão institucional para as carreiras políticas, apresenta-se na tabela a seguir a composição partidária da Assembleia Legislativa do Espírito Santo entre os anos de 1987 a 2010. Deve-se atentar para o fato de que somente foram considerados os partidos pelos quais os parlamentares foram eleitos, ou melhor, do qual faziam parte no momento da eleição. Os dados abaixo foram retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

**Tabela 6 - Composição partidária da Assembleia Legislativa por legislatura**

Partidos	Número da legislatura							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
<b>PFL/DE</b>	9	6	2	6	4	3	5	35
<b>M</b>								
<b>PMDB</b>	13	4	4	3	2	3	5	34
<b>PT</b>	3	3	4	1	4	2	4	21
<b>PDT</b>	1	3	4	2	2	4	4	20
<b>PTB</b>	0	4	4	4	3	4	1	20
<b>PSDB</b>	0	5	4	4	2	1	0	16
<b>PSB</b>	0	1	2	3	2	4	2	14
<b>PPS</b>	0	0	0	5	2	0	1	8
<b>PPB</b>	0	0	0	1	4	1	0	6
<b>PL</b>	0	0	1	0	2	2	0	5
<b>PMN</b>	0	0	1	1	1	1	0	4
<b>PPR</b>	0	0	4	0	0	0	0	4
<b>PR</b>	0	0	0	0	0	0	4	4
<b>PRN</b>	0	3	0	0	0	0	0	3
<b>PRP</b>	0	0	0	0	0	1	2	3
<b>PAN</b>	0	0	0	0	0	2	0	2
<b>PSC</b>	0	0	0	0	1	1	0	2
<b>PV</b>	0	0	0	0	0	0	2	2
<b>PDC</b>	0	1	0	0	0	0	0	1
<b>PDS</b>	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>PTC</b>	0	0	0	0	1	0	0	1
<b>PTdoB</b>	0	0	0	0	0	1	0	1
<b>Total</b>					30			
	27	30	30	30		30	30	207
<b>NEP</b>								-
	2.8	7.4	8.5	7.6	10.7	10.7	8.0	

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

O Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/Dem) foi o partido que mais elegeu representantes para o legislativo estadual, mas bem próximo está o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Enquanto o primeiro somou 35 deputados eleitos, o segundo conseguiu ocupar 34 cadeiras no parlamento ao longo das legislaturas estudadas.

Em seguida observamos que o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) conseguiram eleger um número significativo de representantes: o primeiro com 21 eleitos no total e os outros dois com 20

legisladores cada. No período, encontraram-se 23 legendas diferentes representadas no espaço institucional da Ales.

Apesar de alguns partidos apresentarem um maior número de representantes, eles não dominaram o cenário do legislativo, pois a configuração da representação partidária foi equilibrada entre os cinco – ou seis – partidos com maior representação.

No estado, no início da década de 1980, houve um deslocamento das lideranças locais da Arena para outros partidos, destacando-se o PMDB e o PDS (Pereira, 2002; Vieira, 1993). Ao longo dos anos 80, o PMDB domina o cenário político do estado, principalmente se focarmos a Ales (Pereira, 2002), sendo o partido que mais elege parlamentares. Contudo, a partir da década posterior observamos uma decadência representativa deste partido, bem como do PFL/DEM. Por outro lado o PT, PDT e PTB conseguiram manter um número de legisladores constantes ao longo do período, apontando para a *consolidação do sistema multipartidário no país*, que, como é possível notar, se refletiu também nas estratégias eleitorais dos parlamentares no Espírito Santo.

Uma forma consensual de se avaliar o aumento do número de partidos parlamentares é através do Número Efetivo de Partidos (NEP). Ao analisarmos o NEP das legislaturas do período, observa-se o aumento significativo no valor dessa variável, demonstrando que com o passar do tempo a composição partidária da Ales tendeu à maior fragmentação<sup>16</sup>.

O aumento significativo do NEP permite acompanhar as mudanças dessa variável: esta nos mostra que com o passar do tempo a composição partidária da Ales tende a ser mais fragmentada. Nas palavras de Pereira (2002): “O resultado da eleição de 1990 para o formato do sistema partidário foi o desaparecimento de um partido dominante em favor de uma alta fragmentação partidária e ideológica.” (P. 14).

Ainda no que se refere à trajetória política e à profissionalização dos parlamentares, avaliamos a participação destes em associações politicamente relevantes. A participação em instituições diversas torna-se importante à medida que socializa o indivíduo na experiência da vida pública e nas funções burocráticas. Além disso, confere aos aspirantes ao legislativo a oportunidade de projetar suas carreiras. Podem-se considerar duas dimensões da participação: a primeira implica experiência, profissionalização e oportunidades conferidas ao indivíduo; a

---

<sup>16</sup> A fragmentação partidária na Ales também já foi apontada por Pereira (2002) e Domingues (2001).

segunda diz respeito aos vínculos com grupos de interesses e a defesa de propósitos determinados.

Para esta análise foram considerados os seguintes segmentos: movimentos religiosos, movimentos sindicais, movimentos estudantis, organizações/associações de classe, entidades civis. A tabela a seguir expõe a participação dos parlamentares nessas associações:

**Tabela 7– Participação em associações politicamente relevantes**

	Legislatura							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
<b>Não</b>	1 3,7%	10 33,3%	14 46,7%	18 60,0%	14 46,7%	17 56,7%	18 60,0%	92 44,4%
<b>Sim</b>	10 37,0%	12 40,0%	9 30,0%	9 30,0%	13 43,3%	9 30,0%	10 33,3%	72 34,8%
<b>NSA/NI*</b>	16 59,3%	8 26,7%	7 23,3%	3 10,0%	3 10,0%	4 13,3%	2 6,7%	43 20,8%
<b>Total (100%)</b>	27	30	30	30	30	30	30	207

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

\*Não se aplica ou não informado.

Os dados nos mostram que na Ales 34,8% dos deputados participaram em alguma associação politicamente relevante antes de chegar a uma determinada legislatura, o que talvez proporcionasse oportunidades – e impulso – na carreira política. A participação tendeu à estagnação e leve decréscimo ao longo das legislaturas. Na 11ª legislatura, 37% dos deputados tiveram alguma experiência participativa, enquanto que na 17ª esse número diminuiu para 33,3% dos representantes.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a 11ª legislatura corresponde ao período entre 1987 a 1991, na qual ainda há influência dos movimentos sociais, da luta pelo multipartidarismo e formação de novos partidos, e da organização da sociedade civil, principalmente por ser um período que comporta a elaboração da Constituinte de 1988.

A tabela 8, trata da experiência dos parlamentares em cargos da administração pública. Como já exposto nos capítulos precedentes, a ocupação de cargos administrativos na burocracia pública está vinculada ao fator experiência. Dessa maneira, quando o indivíduo exerce funções nas atividades burocráticas conhece melhor o funcionamento das instituições, tornando-se um técnico – ou profissional – da gestão pública e passando a conhecer as vias do

processo burocrático. A partir dessa prática consegue agregar ao seu capital social mais uma qualidade para a carreira política.

**Tabela 8 – Experiência em cargos administrativos, por nível de governo**

Nível de Governo	Legislaturas							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
<b>Municipal</b>	4 14,8%	5 16,7%	5 16,7%	3 10%	6 20%	5 16,7%	10 33,3%	38 18,4%
<b>Estadual</b>	4 14,8%	9 30%	9 30%	8 26,7%	8 26,7%	6 20%	8 26,7%	52 25,1%
<b>Não ocuparam cargos</b>	11 40,7%	10 33,3%	12 40%	15 50%	12 40%	14 46,6%	2 6,6%	75 36,4%
<b>Sem Informação</b>	8 29,6%	6 20%	4 14,8%	4 14,8%	4 14,8%	5 16,7%	10 33,3%	41 19,8%

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Os cargos considerados como indicadores de experiência foram, entre outros, os de secretário e subsecretário estadual, secretário e subsecretário municipal e dirigentes e funcionários do alto escalão – geralmente nomeados - de empresa ou órgão público. Apesar das oscilações, verifica-se um aumento na experiência profissional dos deputados entre o início e o fim do período, no que se refere à gestão pública. Entre a 11ª e 17ª legislatura houve um aumento gradativo de parlamentares com experiência na gestão, seja em nível municipal e/ou estadual, o que representa 43,5% do total de representantes.

Igualmente, constata-se que a maior experiência apresenta-se a nível estadual, abrangendo 25,1% dos deputados, apontando, dessa forma, uma horizontalidade entre as relações das esferas do poder, em outras palavras, maiores experiências na administração estadual relacionam-se com uma maior quantidade de deputados, em detrimento da administração municipal.

No mesmo sentido, podemos avaliar a ocupação de cargos eletivos, seja no poder executivo, seja no legislativo. Como foi observado anteriormente, a experiência em cargos eletivos vincula-se à estrutura de oportunidades oferecidas pelo sistema político brasileiro. A grande oferta de oportunidades nos três níveis de governo federativo – municipal, estadual e federal – impulsiona as carreiras políticas ao mesmo tempo em que as moldam.

Considerando os modelos de ambição de carreira expostos por Schelesinger (1966), Santana (2008) e Pereira e Leoni (2003), no capítulo anterior pode-se indicar determinadas

tendências de trajetórias políticas dos parlamentares capixabas. Desse modo, percebe-se a predominância de uma *carreira dinâmica* entre os deputados estaduais, como permite observar a análise dos dados da tabela 9 e do gráfico 1.

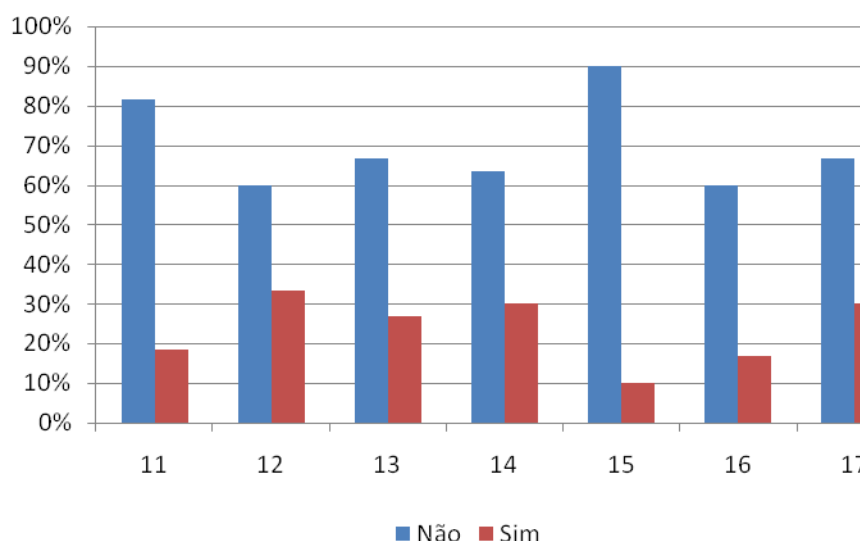
**Tabela 9 – Experiência em cargos na chefia do Executivo (%)**

<b>Experiência no Executivo</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>Total</b>
<b>Não</b>	22	18	20	19	27	18	20	144
<b>Sim</b>	5	10	8	9	3	5	9	49
<b>Não Informado</b>	0	2	2	2	0	7	1	14
<b>Total</b>	27	30	30	30	30	30	30	207

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

No que tange a ocupação de cargos no poder executivo, não existe uma linearidade da prática entre os representantes. A experiência no executivo é bastante oscilante nas legislaturas, não apontando padrões. Na média, 23,6% dos representantes apresentaram experiência no nível do poder executivo. O gráfico 1 apresenta, em percentuais, a quantidade de deputados que ocuparam cargos no executivo e permite melhor visualizar as oscilações.

**Gráfico 1 – Cargos Ocupados no Executivo**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.



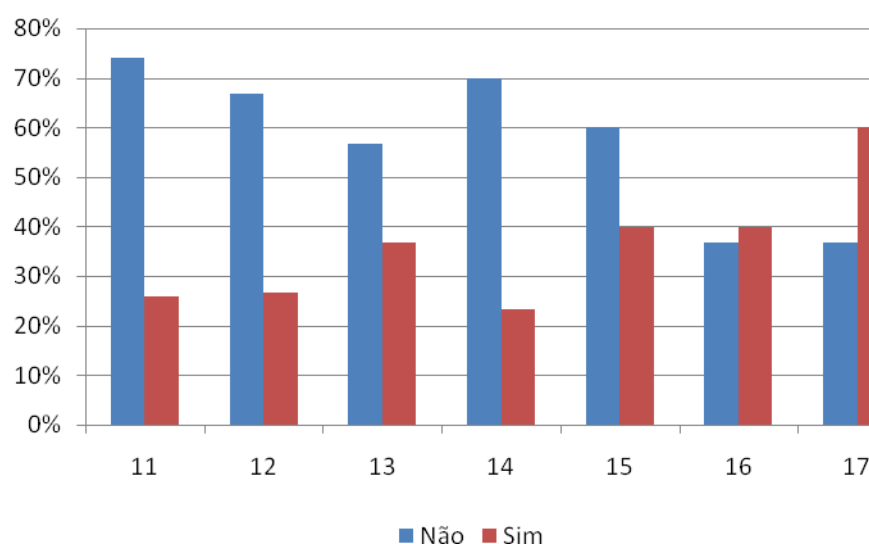
Em relação à experiência em cargos na esfera legislativa, o quantitativo de deputados que exerceram alguma função prévia também não é muito elevado. Apenas 75 parlamentares, o que significa 36,2% do total, haviam ocupados cargos no legislativo municipal ou federal. Nessa variável excetuamos aqueles que já haviam ocupado alguma vez o cargo de deputado estadual, pois avaliaremos este item separadamente mais adiante, como indicador de *seniority*. Diferentemente do que ocorre com a experiência no Executivo, a tabela 10 e o gráfico 2 indicam que com o decorrer das legislaturas tem-se um aumento paulatino e constante da experiência no Poder Legislativo municipal ou federal.

**Tabela 10 - Ocupou cargos no legislativo municipal ou federal**

Experiência no Legislativo	Legislaturas							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
Não	20	20	17	21	18	11	11	118
Sim	7	8	11	7	12	12	18	75
Não Informado	0	2	2	2	0	7	1	14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

**Gráfico 2 – Cargos Ocupados no Legislativo (exceto estadual)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Apesar da baixa na 14<sup>a</sup> Legislatura, a tendência ao aumento de experiência dos parlamentares na arena legislativa é clara. Na 16<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> legislaturas é maior o número de representantes que possuem alguma experiência do que o daqueles que não a possuem. Na 16<sup>a</sup> o percentual chega a 40% de parlamentares, enquanto na 17<sup>a</sup> esse percentual é de 60%, ou seja, a maior parte da bancada. Este pode ser um indicativo de profissionalização dos membros na carreira legislativa, embora não na Assembleia do estado.

Quando se agregam os dados sobre experiência legislativa, incluindo cadeiras na Ales, o indicador de profissionalização política na arena legislativa fica mais forte. Assim, analisando conjuntamente a experiência em cargos legislativos seja a nível municipal, estadual e/ou federal constata-se que 62,3% dos representantes possuem alguma experiência legislativa. Tal informação também confirma que a ambição de carreira política é dinâmica, na qual os parlamentares ocupam cargos nos diversos níveis, sem uma sequência definida.

**Tabela 11 – Experiência legislativa agregada**

	Legislaturas							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
<b>Não</b>	17 63,0%	13 43,3%	9 30,0%	6 20,0%	12 40,0%	3 10,0%	4 13,3%	64 30,9%
<b>Sim</b>	10 37,0%	15 50,0%	19 63,3%	22 73,3%	18 60,0%	20 66,7%	25 83,3%	129 62,3%
<b>Não Informado</b>	0 0,0%	2 6,7%	2 6,7%	2 6,7%	0 0,0%	7 23,3%	1 3,3%	14 6,8%
<b>Total</b>	27	30	30	30	30	30	30	207

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

No que concerne à análise das trajetórias políticas, vale ressaltar a relevância da dimensão da *seniority*. Ao todo, no intervalo analisado, 73 parlamentares ao ocuparem determinada vaga em uma legislatura, já haviam detido uma cadeira em legislatura anterior na Ales. O quadro a seguir ilustra a evolução do *seniority* na instituição.

**Tabela 12 – Seniority: experiência anterior na Ales**

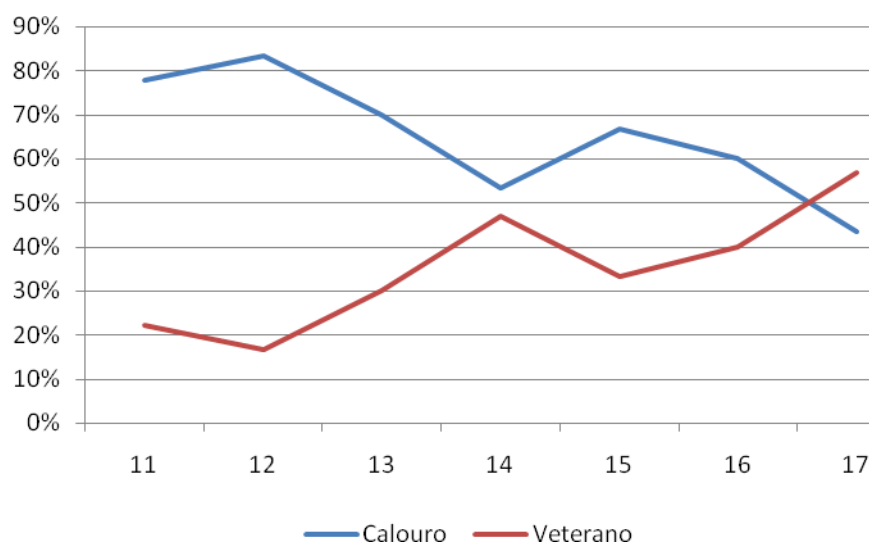
	Legislaturas							Total
	11 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	16 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	
<b>Calouro</b>	21 77,8%	25 83,3%	21 70,0%	16 53,3%	20 66,7%	18 60,0%	13 43,3%	134 64,7%
<b>Veterano</b>	9 33,3%	5 16,7%	9 30,0%	14 46,7%	10 33,3%	12 40,0%	17 56,7%	78 37,6%
<b>Total</b>	27	30	30	30	30	30	30	207

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Apesar das oscilações, é perceptível a tendência do aumento do seniority ao longo dos anos. Na 17<sup>a</sup> legislatura 56,7% dos legisladores apresentavam experiência no cargo de deputado estadual. No universo de 17 parlamentares desta legislatura, 15 foram reeleitos, como fornecidos na Tabela 13, na qual se observou a taxa de recondução parlamentar, comparando deputados que participaram da legislatura anterior e conseguiram, através da eleição, voltar a Ales.

No Gráfico 3 fica notória a evolução nos percentuais de veteranos e a queda nos percentuais de calouros na Ales. A análise do gráfico permite fazer algumas afirmações. A primeira refere-se à presença de calouros na Ales: no final dos anos 1980 (11<sup>a</sup> legislatura) a presença de calouros na Assembleia é alta, e pode estar ligada a emergência de novas lideranças através da abertura política e da ascensão dos movimentos sociais ocorridos no início da mesma década. Analisando a conjuntura local, atribui-se ao aumento de calouros nesse período a configuração de novas elites políticas no Espírito Santo em decorrência da implantação dos grandes projetos econômicos/industriais no momento anterior – correspondente ao regime militar – que rompeu com as oligarquias agrárias do estado como apontou Zorzal e Silva (1995; 2010).

**Gráfico 3 – Evolução da *seniority* na Ales**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Outro ponto a ser discutido é exatamente as configurações da *seniority* a partir da 12<sup>a</sup> legislatura: a presença de veteranos aumenta gradativamente a partir deste momento, e tem-se a conjunção não somente de novas forças que adentram no espaço legislativo no fim dos anos 1980, como o retorno das forças políticas tradicionais do estado, as quais se farão presentes ao longo de toda década de 1990.

A crise de governabilidade no estado no início dos anos 2000, especificamente a partir de 2002, e que permeou toda a década anterior, coincide com o início da 15<sup>a</sup> legislatura e alterou o caminho da presença de calouros e veteranos na instituição. Entre os calouros há um aumento no quantitativo, enquanto, ao contrário, ocorre com os veteranos uma queda nos percentuais. Contudo, após esse momento, volta a crescer o número de veteranos na Ales e diminuir o de calouros, apontando a crescente inclinação direcionada para a profissionalização dos membros e institucionalização da Ales.

A seguir examinamos a taxa de recondução parlamentar por legislatura, permitindo comparar as taxas de reeleição nas legislaturas pesquisadas.

**Tabela 13 – Taxa de recondução por legislatura % (comparada a anterior)**

<b>Legislatura</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>11</b>	9	33,3
<b>12</b>	5	16,6
<b>13</b>	6	20,0
<b>14</b>	8	26,6
<b>15</b>	10	33,3
<b>16</b>	11	36,6
<b>17</b>	15	50,0

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

As taxas de recondução, ou de reeleição, mostram o percentual de parlamentares da legislatura que estavam na legislatura imediatamente anterior. Apesar de ser pequena a diferença entre *seniority* e recondução parlamentar, a observação de ambas reforça o que expomos acima em relação à presença de decrescente de calouros e crescente veteranos, o que parece correlacionar-se com o surgimento de novas forças políticas emergentes, a permanência de oligarquias e a crise de governabilidade no estado.

Portanto, no que diz respeito às trajetórias políticas dos deputados estaduais, alguns pontos podem ser destacados, indicando delineamentos das carreiras dos parlamentares, quais sejam: que os parlamentares acumulam experiência na burocracia pública, alguma no executivo, bem mais no legislativo, indicando persistência e sinais de profissionalização nessa esfera, apesar de também sugerir um padrão de carreira dinâmica.

### **3.2 Configurações da elite parlamentar no cenário legislativo capixaba**

A hipótese principal desta pesquisa fundamenta-se no princípio de que determinadas características socioeconômicas e, particularmente, políticas promovem maiores oportunidades de carreiras legislativas, sobretudo consolidando lideranças em postos de poder no interior do parlamento. Sendo assim, neste tópico avaliamos se os antecedentes políticos dos deputados estaduais do Espírito Santo estão vinculados aos cargos que ocupam dentro da instituição, testando empiricamente nossa hipótese.

Com a intenção de atingir o nosso propósito, analisamos os cargos de liderança dentro da Ales de maior importância e mais almejados pelos deputados, sendo eles: Presidente da mesa diretora, 1º secretário, Presidente da Comissão de Finanças e Presidente da Comissão de

Justiça<sup>17</sup>. Os demais cargos foram suprimidos, visto que, por se tratar de um número restrito de representantes, a maioria conseguia exercer algum cargo<sup>18</sup>.

Com relação aos indicadores de experiência política, vale esclarecer que a análise compreendeu os cargos no legislativo municipal e federal (vereador, deputado federal e senador), seniority (deputado estadual), cargos no executivo (municipal – prefeito e vice-prefeito; estadual – governador e vice-governador e federal – presidente e vice-presidente, apesar de não haver representantes deste último). Também foram incluídos cargos na administração pública, como secretarias de estado ou município, diretor ou funcionário do alto escalão de empresa pública e demais cargos ligados à burocracia dos governos. Avaliou-se então 4 tipos de experiências políticas, que permitiram construir um índice de experiência política, testado adiante.

A hipótese será testada verificando-se a existência ou não de correlações entre experiências políticas prévias dos deputados e a ocupação de cargos de poder no interior da Assembleia. As técnicas estatísticas utilizadas são as tabelas de cruzadas e respectivos qui-quadrados.

A tabela 14 oferece uma primeira confirmação da hipótese. Considerando-se os postos de liderança preenchidos na Ales e o *seniority*, verificou-se se o maior tempo de “casa” favoreceria a ocupação dos mesmos, como evidenciado a seguir:

**Tabela 14– Cargos de comando ocupados na Ales x Seniority**

Ocupou cargo de comando na Ales	Tem <i>seniority</i>		Total
	Não	Sim	
Não	117 87,3%	54 74,0%	171 82,6%
Sim	17 12,7%	19 26,0%	36 17,4%
<b>Total</b>	134	73	207

$\chi^2$ : 5,854, *gl.* = 1; sig. 0,016

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

<sup>17</sup> Apesar da importância do cargo de líder de governo este não foi considerado por falta de informações suficientes sobre os ocupantes do cargo em todas as legislaturas.

<sup>18</sup> Domingues (2001) relata que o reduzido número de parlamentares restringe a divisão de trabalho dentro da Ales. Assim a quantidade de comissões disponíveis e de cargos conseguem abarcar quase a totalidade dos representantes no que se refere a ocupação das vagas ofertadas.

O teste do qui-quadrado mostrou uma relação alta e significativa entre ser “sênior” na casa e ocupar cargos de comando, tem-se então:  $X^2$ : 5,854, *gl.* = 1; sig, 0,016. Observou-se uma grande concentração de indivíduos, 117, que não possuíam o *seniority* e que não ocuparam cargos na Ales. De acordo com o valor do  $X^2$ , essa concentração não é casual, mas aponta uma correlação. Apesar da alta correlação entre *seniority* e cargos importantes ocupados, observou-se que alguns não possuem *seniority*, mas conseguiram alcançar algum posto na Ales. Isso pode ocorrer caso o parlamentar possua outras experiências. Assim, houve a necessidade de avaliar se outras experiências são igualmente importantes para o desenvolvimento de carreiras no interior do legislativo.

Na tabela 15 foram correlacionados os cargos de comando acessados na Ales e a experiência em cargos legislativos (exceto na própria Ales). A relação entre as variáveis observada com o teste do qui-quadrado não foi significativa, sendo:  $X^2$ : 2,125, *gl.*=2; sig.0,346.

**Tabela 15 – Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos legislativos (exceto na assembleia)**

<b>Tem experiência em cargos legislativos no geral</b>			
<b>Ocupou cargo de comando na Ales</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Total</b>
<b>Não</b>	94 79,7%	64 85,3%	171 82,6%
<b>Sim</b>	24 20,3%	11 14,7%	36 17,4%
<b>Total</b>	118	75	207
$X^2$ : 2,125, <i>gl.</i> = 2; sig. 0,346			

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Segundo o índice de qui-quadrado utilizado, as experiências em outras esferas legislativas, municipal ou federal, não são estatisticamente importantes para a ocupação de cargos de comando dentro da Ales. Em números absolutos, 94 deputados que não possuíam experiência em cargos legislativos também não ocuparam cargos importantes na Assembleia, como assinalado abaixo:

A hipótese da experiência prévia ainda associou experiência no poder executivo e ocupação de cargos de comando na Ales. O exame estabelecido pelo qui-quadrado foi ainda mais baixo se comparado com a relação anterior, obteve-se:  $X^2$ : 1,775, *gl.* = 2; sig. 0,412. Do

total de legisladores no período, 116 não ocuparam cargos de chefia no Executivo, consequentemente, não obtiveram acesso aos cargos de direção disponíveis na Ales, enquanto 7 deputados tiveram prática no poder executivo e acessaram cargos, como exposto logo abaixo:

**Tabela 16 – Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos Executivo**

Ocupou cargo de comando na Ales	Ocupou cargos na chefia do Executivo		Total
	Não	Sim	
Não	116 80,6%	42 85,7%	171 82,6%
Sim	28 19,4%	7 14,3%	36 17,4%
<b>Total</b>	144	49	207

$X^2: 1,775, gl. = 2; sig. 0,412$

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora

Verificou-se, por fim, o impacto da experiência em cargos administrativos na ocupação de postos na Ales. O teste do qui-quadrado também não foi estatisticamente relevante, atingindo a seguinte correlação:  $X^2: 2,166, gl. = 2; sig. 0,141$ . Um total de 17 parlamentares acumulavam experiência administrativa e ocuparam cargos na Ales, em contrapartida 79 não possuíam experiência na esfera administrativa e sequer ocuparam cargo de comando na Ales.

**Tabela 17 – Ocupou cargo de comando na Ales x Experiência em cargos públicos administrativos**

Ocupou cargo de comando na Ales	Ocupou cargos administrativos		Total
	Não	Sim	
Não	79 85,9%	57 77,0%	136 81,9%
Sim	13 14,1%	17 23,0%	30 18,1%
<b>Total</b>	92	74	166

$X^2: 2,166, gl. = 2; sig. 0,141$

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.



No entanto, se por um lado os testes, isoladamente, não tenham apontado a correlação estatística significativa entre experiência e ocupação de cargos de comando, como mostrou os resultados, por outro, as tabelas 15, 16 e 17 *não apontam para a negação da hipótese*. Observando os percentuais e os valores absolutos distribuídos nestas três tabelas, nota-se que a tendência de distribuição é a mesma da tabela referente à *seniority* (tabela 14): um grande número de deputados sem experiência no legislativo, executivo ou na administração coincide com o montante dos que não ocuparam cargos parlamentares de comando.

Como dito anteriormente, todas essas experiências acumuladas permitiram construir um indicador de *expertise*. Assim o nível 0 de *expertise* significa que o legislador não possui nenhuma experiência em qualquer um dos cargos analisados; o nível 1 indica uma única experiência em algum dos cargos; para 2 a *expertise* indica que o deputado acumulou duas experiências diferentes e assim respectivamente para 3 e 4. Ou seja, para 4, o deputado passou pelo legislativo em outras esferas de governo, pelo executivo, por cargos na administração pública e adquiriu *seniority* na Ales, tendo, assim, um maior *know-how*. O pressuposto é que quando maior o valor do índice, maior a chance de ocupar cargo de comando parlamentar. O quadro seguinte examinou esse elemento:

**Tabela 18 – Ocupação de cargo de liderança na Ales x *Expertise* total**

Ocupou cargo de comando na Ales	Nível de <i>expertise</i>					Total
	0	1	2	3	4	
<b>Não</b>	47 100,0%	72 87,8%	29 61,7%	10 66,7%	0 0,0%	158 81,4%
<b>Sim</b>	0 0,0%	10 12,2%	18 38,3%	5 33,3%	3 100,0%	36 18,6%
<b>Total<sup>19</sup></b>	47	82	47	15	3	194

**R de Pearson:** 0,418; sig. 0,000

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da biografia dos deputados levantados pela autora.

Via de regra, podemos notar que, com aumento da *expertise*, invariavelmente, a possibilidade de ocupar cargos no interior do legislativo estadual se eleva, sendo o contrário também verdadeiro, ou seja, sem nenhuma *expertise* o parlamentar não consegue se estabelecer como liderança. Todos os parlamentares com nível de *expertise* 4 ocuparam cargos na Ales, demonstrando a importância da profissionalização e especialização. O maior

<sup>19</sup> 13 deputados não foram contabilizados nessa análise devido a falta de informações

índice está entre aqueles deputados que acumulam duas experiências diferentes em sua trajetória, ficando em torno de 38,3%. A correlação entre estes fatores é muito significativa, podendo ser observado tanto nos valores distribuídos na tabela, como no *R* de Pearson: 0,418; *sig.* 0,000.

Os dados apresentados nos sugerem, então, que a *expertise* e a profissionalização dos deputados tornam-se essenciais para a conquista de cargos de liderança no interior da instituição, o que confirma a Teoria da institucionalização proposta por Polsby (2008), o qual afirma que quanto maior a profissionalização, especificamente quando ligada à *seniority*, maiores as chances de se alcançar posições de hierarquia mais altas no poder legislativo.

Enfim, conclui-se que a construção de uma carreira política com acúmulo de cargos agregados conciliados a determinadas características socioeconômicas e culturais facilitam o acesso não só ao cargo de deputado estadual, bem como ao exercício de atividades internas ao legislativo, formando assim uma elite “intra-parlamentar”. Tal proposição confirma também o pressuposto da teoria das elites, qual seja, a de que a elite política reflete o compartilhamento de certos aspectos individuais comuns ao grupo.

Para o caso analisado, especificamente, podemos afirmar que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo tende a se tornar cada vez mais institucionalizada e seus membros mais especializados. Além disso, deve-se enfatizar, há a tendência de formação de uma oligarquia parlamentar que controla os espaços de poder disponíveis na mesma.

### **Considerações finais**

A proposta deste capítulo foi testar empiricamente a hipótese colocada no início desta pesquisa, qual seja, a de que certos parâmetros socioeconômicos e determinadas trajetórias políticas favorecem o ingresso e a permanência dos deputados na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, e contribuem para formar uma elite “intra-parlamentar” que domina as posições de poder dentro da casa.

Inicialmente foram avaliadas as qualidades socioeconômicas dos representantes, estabelecendo um perfil para este grupo. Dentre as principais características podemos destacar que os membros da Assembleia Legislativa do Espírito Santo são formados em sua maioria por homens, com média de idade de aproximadamente 47 anos, com alta escolaridade,

exercendo predominantemente profissões ligadas a área jurídica e atividades empresariais e comerciais.

Outro ponto debatido neste capítulo foi quanto às trajetórias políticas percorridas pelos parlamentares. Desse aspecto também foram retiradas algumas premissas. O parlamento capixaba do ponto de vista da composição partidária é altamente fragmentado. A participação em organizações politicamente relevantes não é crucial na trajetória para alcançar o poder, sugerindo um caráter oligárquico dos parlamentares do estado.

A experiência em cargos eletivos no poder executivo e legislativo também não se mostrou fundamental para se alcançar uma cadeira na Assembleia, sendo que 23,6% dos dos mandatos analisados, possuíram experiência em cargos executivos e 36,2% em cargos no legislativo. A *seniority* e a taxa de recondução parlamentar foram aumentando gradativamente, principalmente após o período de crise governativa na década de 1990, apontando para uma tendência de institucionalização do parlamento e de profissionalização parlamentar.

A experiência política mostrou-se fundamental na conquista de uma posição privilegiada dentro da Ales. A hipótese desta pesquisa foi confirmada neste capítulo através dos testes estatísticos. Foram notados uma alta correlação entre a experiência no *seniority* e na *expertise* em geral para se alcançar cargos importantes na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Enfim, observamos, como todos estes fatores impactaram na formação de uma elite “intra-parlamentar”. Os postos de poder disponíveis na Ales estão sob o controle de um grupo restrito de parlamentares, sobretudo daqueles que se possuem maior profissionalização dentro da instituição, confirmando a teoria proposta por Polsby (2008).

## Conclusão

A proposta desta pesquisa foi buscar conhecer primeiramente os padrões do *background* social e a trajetória política dos deputados estaduais do Espírito Santo e a mudança no perfil geral das legislaturas ao longo do período estudado (1986-2010); segundo comprovar a hipótese de que determinadas características pessoais e trajetórias políticas colaboram para acessar o poder legislativo e possibilitam maiores oportunidades para exercer cargos dentro da instituição.

Visando a sustentação teórica do estudo, o primeiro capítulo teve como propósito discutir os principais conceitos da teoria elitista, sendo seus precursores as ideias apresentadas por Michels (1982), Pareto (1984), Mosca (1987). A partir das concepções desses autores, conseguimos definir o que se entende por elite política e como ela acessa e permanece no poder.

A elite política é caracterizada por indivíduos que compartilham características comuns, possuem interesses convergentes e são capazes de influenciar as decisões nas esferas de poder. Os indivíduos que compõem a elite política têm por objetivo, portanto, não só o acesso, mas também o controle das instituições.

A teoria elitista nos fornece instrumentos necessários para buscar a origem da formação daqueles que estão no poder, contudo ela não consegue compreender a dimensão da permanência do poder. Então, colocou-se a questão de que é admissível que as elites são grupos cujos membros possuem qualidades específicas e comuns, mas que, por si, não são suficientes para explicar a continuidade dos indivíduos no poder e os caminhos das suas carreiras políticas. Para dar conta dessa última dimensão, foi preciso buscar referências que discutem os modelos de trajetórias políticas.

No capítulo dois revisamos teorias que explicam o processo de recrutamento político e o desenvolvimento das carreiras políticas, voltando o olhar para os estudos sobre carreiras parlamentares no Brasil. Para tal, refletimos a partir das seguintes teorias: a teoria do recrutamento, teoria da institucionalização, teoria da profissionalização e teoria da ambição. Tais teorias permitiram a observação dos padrões de desenvolvimento de carreiras políticas, a influência de qualidades particulares na construção das mesmas e como os atores se posicionam para manter-se no poder.

Especificamente em relação ao Brasil, foi possível observar que as carreiras políticas são influenciadas pelo arranjo federativo que oferece uma gama de oportunidades de acesso ao poder entre cargos eletivos e não eletivos. Com base em Leoni e Pereira (2003) e Santana (2008), sustentou-se que, tipicamente, devido aos incentivos do arranjo federativo entre outros, os representantes brasileiros seguem um padrão de carreira com caráter dinâmico.

No tocante aos dados empíricos coletados e analisados, o estudo das elites políticas parlamentares capixabas possibilitou não só conhecer o perfil social desse grupo, mas que experiências acumulam no caminho rumo ao poder legislativo estadual. Deste modo, o estudo proporcionou formar um perfil geral para o grupo parlamentar a partir de seus atributos pessoais. A partir da análise das trajetórias políticas dos membros da assembleia, observaram-se as “avenidas” percorridas por eles, até a chegada ao parlamento.

Quanto ao perfil sociopolítico dos deputados, a análise dos dados empíricos permitiu definir um perfil para os membros da Ales, sendo resultados apresentados a seguir.

***Sobre perfil socioeconômico:***

- Há uma predominância entre representantes do sexo masculino entre os deputados eleitos;
- A média de idade dos legisladores fica em torno dos 47 anos, sendo essa média um pouco mais elevada quando relativas as mulheres por volta dos 48,94 anos, enquanto os homens tem em média 45, 11 anos;
- Quando analisadas separadamente as regiões de origem, observou-se que ao longo das legislaturas, a maioria dos deputados tem como região de origem a Região Metropolitana da Grande Vitória, entretanto deve-se atentar para o fato de que as regiões interioranas, se consideradas num conjunto, agregam 53, 6% do total de representantes eleito.
- Em relação à escolaridade verificou-se um parlamento altamente escolarizado, com 74,5% dos deputados com curso superior.
- No quesito profissão, averiguou-se a preponderância de três atividades principais: Profissionais da Área Jurídica, Empresários e Comerciantes e Profissionais da Saúde, o que mostrou que as profissões liberais são mais associadas ao desenvolvimento de carreiras políticas no estado.

### ***Quanto à origem partidária e ao perfil político dos deputados estaduais:***

- Foram identificados 23 agremiações partidárias representadas na Ales ao longo do período estudado, indicando uma alta fragmentação da mesma. Dentre os partidos, 5 tiveram as maiores representações: PFL/Dem, PMDB, PT, PDT e PTB, respectivamente. Contudo, nenhum deles conseguiu ser representativamente hegemônico em nenhuma legislatura.
- No que concerne à participação em associações politicamente relevantes (militância partidária, sindicatos, movimento estudantil, associações civis, entre outros), pode-se afirmar que não é uma dimensão muito relevante para a construção das carreiras políticas dos deputados estaduais.
- Em relação às experiências em cargos administrativos, observou-se que cerca de 90 parlamentares haviam passado por algum cargo da burocracia pública, enquanto 75 não acumulavam essa experiência. Para os demais não havia informação.
- A experiência em cargos eletivos legislativos (exceto *seniority*) é crescente entre os parlamentares, sendo que na 16ª e 17ª os deputados que possuem essa experiência sobressaem aqueles que não possuem.
- Em cargos executivos a experiência dos parlamentares é menor, principalmente quando comparados à *seniority* e a outros cargos legislativos.
- Existe uma tendência de aumento para a *seniority*, principalmente após a superação da crise de governabilidade da década de 1990.
- No geral, quando analisamos a experiência dos deputados de forma agregada, ou seja, considerando toda a experiência prévia, percebe-se o desenvolvimento da profissionalização dos parlamentares na atividade política, em contrapartida, a construção de carreiras políticas obedece a lógica *dinâmica*, isto é a preocupação está em ocupar cargos eletivos pouco importando se no executivo ou legislativo, também não se considera o nível da federação (se municipal, estadual ou federal).

A parte seguinte da dissertação tratou da hipótese proposta. A base teórica apresentada nos capítulos iniciais, combinada com o estudo dos dados empírico sobre o perfil e a trajetória

política dos deputados, permitiu que no capítulo 3 pudessemos analisar o caso do Espírito Santo de modo a permitir o teste de hipótese. Os dados analisados permitiram alcançar os objetivos propostos, bem como confirmar o esperado. Conseguiu-se mapear um perfil social e político dos membros da Ales e relacionar suas trajetórias políticas com a ocupação de cargos na instituição

Confirmou-se que as características pessoais assumem grande importância para a construção das carreiras políticas. Sobretudo no que concerne alcançar o poder legislativo estadual, as qualidades particulares sobrepõem, algumas vezes, a experiência política. No entanto, não se pode menosprezar a experiência política, particularmente no que diz respeito a divisão do trabalho no interior da Ales. Os cargos de maior prestígio – e maior disputa – na maioria das vezes foram ocupados por parlamentares que possuem *seniority*, isto é, passagem anterior pela Assembleia, e que exerceram funções em atividades da burocracia pública. Apesar deste grupo ser restrito a alguns membros, estes deram sinais de que são profissionalizados.

### ***Resultados:***

- O teste de hipóteses apontou que a correlação entre a ocupação de postos importantes na Ales e o *seniority* é significativa, dado que confirma a teoria de Polsby (2008), que consiste no pressuposto de que a maior profissionalização dos membros do parlamento proporciona maiores chances deles exercerem cargos importantes no interior da instituição.
- No que diz respeito à experiência em outras esferas do legislativo, no executivo e na administração pública e a ocupação de cargos na assembleia, a correlação não é significativa, porém quando analisados conjuntamente, os resultados dessas experiências apontam na direção da hipótese aqui testada. Observou-se um elevado percentual daqueles que “não” possuem experiência e “não” ocupam cargos.
- Um último teste foi feito com base no índice de *R de Pearson*, mostrando uma correlação bastante significativa entre a *expertise* e os cargos ocupados, sendo *R de Pearson 0,418; sig 0,000*. O resultado mostrou que, considerando a relação entre a *expertise* total dos deputados e a possibilidade de se conseguir um cargo na Ales, aqueles que não possuem nenhuma experiência anterior em outras esferas do poder, também não conseguem posições de liderança no interior da instituição.

Inversamente, todos aqueles que ocuparam algum cargo no interior da Ales possuíam pelo menos uma experiência. Em outras palavras, quanto maior a *expertise*, maiores as chances de alcançar uma cargo importante.

Apesar de conseguirmos afirmar a hipótese proposta e alcançar os objetivos através da pesquisa empírica, esta não se desenvolveu sem dificuldades. O levantamento de informações esbarrou na falta de estrutura dos arquivos públicos, na pouca preservação da memória de figuras e personagens políticos e na não documentação de informações sobre os deputados estaduais. Sobre algumas variáveis não foi possível detectar informação referente a alguns parlamentares, deixando lacunas sobre a trajetória política desses personagens. Estes limites impostos pelas fontes devem ser superados em abordagens futuras sobre a temática.

Deve-se ressaltar que a pesquisa, de maneira geral, contribui para a análise das elites parlamentares subnacionais, retirando o foco das elites legislativas nacionais. De modo específico, auxilia no entendimento das configurações políticas locais e dos atores atuantes na política do estado do Espírito Santo.

Devido os limites da pesquisa, não foi possível verificar algumas situações que contribuem para o desenvolvimento da carreira política, como, por exemplo, os vínculos familiares ou vínculos religiosos. Em relação às posições ocupadas dentro do parlamento, o cargo de “líder de governo” não foi considerado devido a insuficiência de informações nos arquivos consultados.

Uma agenda futura de pesquisas sobre a elite legislativa capixaba deve focar sua atenção no seletto grupo que forma a elite “intra-parlamentar” privilegiando os aspectos sociais constituintes desse grupo, suas experiências políticas, bem como suas relações com outros grupos de elite e esferas do poder. Ainda torna-se fundamental, em trabalhos futuros, acompanhar mais profundamente o processo de institucionalização da Ales e a profissionalização dos seus membros.



## Bibliografia

ABREU, Luciano Aronne de. *Elites Políticas regionais: o caso das interventorias gaúchas*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 187-197, jun. 2008.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Formação de elites e seleção de candidaturas: o “jardim secreto” da elaboração das listas partidárias*. Caxambu: 31º Encontro Anual da Anpocs, 2007.

ANASTASIA, Fátima (org.) et al. *Elites Parlamentares na América Latina*. Belo horizonte: Argvmentvm, 2009.

ANASTASIA, Fátima; CASTRO, Mônica Mata Machado de; NUNES, Felipe. *Determinantes do comportamento particularista dos legisladores estaduais brasileiros*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 4, 2009, pp. 961 a 1001.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. *Recrutamento parlamentar para o Senado Federal e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006*. Revista Política Hoje, Vol. 20, n. 2, p.550-580, 2011.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Racionalidade, instituições e normas: uma análise sobre a ação coletiva e a estabilidade das escolhas sociais**. Isegoria - Ação Coletiva em Revista, v. 01, 2011.

ARAÚJO, Simone Cuber. *Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreira políticas no Brasil*. São Paulo: 36º Encontro Anual da Anpocs, 2012.

ARISTÓTELES. *A política*. Bauru, SP: EDIPRO, 1995.

BARNABÉ, Israel Roberto. *Elite, classe social e poder local*. Estudos de Sociologia.

BERTHOLINI, Frederico; FAJARDO, B. A.G.; LIMA, D.F.P.; PEREIRA, C. *Padrão de carreira nas Assembleias Estaduais no Brasil: Em busca das conexões eleitorais em nível subnacional*. Salvador: ANPAD, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. BOBBIO, Norberto et al. Editora Universidade de Brasília, 11ª Ed. 1998. 1v.

BOLOGNESI, Bruno. *Candidatos e Eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses na eleições de 2006*. Paraná: UFPR, Dissertação de Mestrado, 2009.

BORCHERT, Jens. *Ambition and Opportunity in Federal Systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany, and the United States*. Frankfurt (Germany): University of Frankfurt.

BOTTINELLI, Eduardo. *Las carreras políticas de los senadores em Uruguay ?Cambios o Continuidades ante el triunfo de la izquierda?* Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 29-43, jun. 2008.

BRAGA, Maria do Socorro. *Organização Partidária e Seleção de Candidatos no estado de São Paulo*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.454-485.

BRAGA, Maria do Socorro; MIRÍADE, Angel; VEIGA, Luciana Fernandes. *Recrutamento e Perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos deputados nas eleições de 2006*. RBCS Vol. 24 no 70 junho/2009, p.123-142.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLÁS, Maria Alejandra. *Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para estudo das elites parlamentares brasileiras na internet*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-130, jun. 2008.

BRAUNERT, Mariana B.; PERISSINOTO, Renato M. *A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002)*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 114-135.

CARREIRAO, Yan de Souza; PEDRONI, Eduardo. *Disciplina e coalizões partidárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999-2006)*. RBCS Vol. 24 no 71 outubro/2009, pp. 121-141.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERVI, Emerson Urizzi. *Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 32, p. 159-177, fev. 2009.

CHAVES, Raulino. *Padrões de recrutamento e trajetórias das elites políticas nos Inhamus*. Caxambu: 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.

CODATO, Adriano. *A formação do campo político profissional no Brasil: Uma hipótese a partir do caso de São Paulo*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 89-105, jun. 2008.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos. *A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1988-2010)*. Caxambu: 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos. *Competição e Profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010*. Textos para discussão: Observatório das Elites Políticas e Sociais do Brasil. Vol 1, n 6, agosto 2012.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos. *Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um Perfil dos Senadores da República*. Paraná: Observatório de Elites Políticas e Sociais no Brasil. UFPR, 2012.

CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato M. *Por um retorno à sociologia das elites*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008. "Dossiê Elites Políticas".

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. *Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 243-270.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. *Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social*. RBCS Vol. 24 no 71 outubro/2009, pp 143-153.

DAMIN, Cláudio Jr.; REBELLO, Maurício Michel. *Perfil dos candidatos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para a 52ª legislatura (2007-2010)*.

DOMINGUES, Mauro Petersem.

FARIAS, Milton Cordeiro Filho. *Elites políticas regionais: contornos teóricos metodológicos para identificação de grupos políticos*. RBCS Vol. 26 nº 77 Outubro /2011, pp.175-187.

FELISBINO, Riberti de Almeida. *Instituições e valores políticos: as opiniões das elites parlamentares dos países do Mercosul em perspectiva comparada*. 6º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Campinas, 2008.

FLEISCHER, David V. *O trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais*. Rev. de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol 7(1), p.99-16, jan./mar. 1973.

FLORENTINO, Renata. *Saindo de cena: deputados que desistem da disputa eleitoral (1990-2006)*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 45-63, jun. 2008.

FREINDENBERG, Flávia; LÓPEZ, Francisco Sánchez. *Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.158-188.

FREIRE, André. *Lógicas de recrutamento parlamentar: os deputados portugueses, 1975-1999*. Sociologia: Problemas e Práticas, nº 28, 1998, pp. 115-147.

FREIRE, André (org.) et al. *Recrutamento Parlamentar: Os deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. 2001.

GAXIE, Daniel. *As lógicas do recrutamento político*. Tradução de Patrícia C. Ramos Reuillard. Revisão da tradução por Luis Felipe Miguel. Revista Brasileira de Ciência Política, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 165-208.

GRILL, Igor; ARAGÃO, Elthon Raniere Oliveira; COSTA, Dayana dos Santos Delmiro; LIMA, João Gilberto do Nascimento. *Bases Sociais, alianças e mediação na seleção de "elites locais" no Maranhão (2008)*. Caxambu: 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.

GRILL, Igor. *Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 65-87, jun. 2008.

GRYSZPAN, Mário. *Ciência, Política e Trajetórias Sociais: Uma sociologia histórica da teoria das elites*. FGV, ANO.

GRYSZPAN, Mário; GRILL, Igor. *Elites: recursos e legitimação*. R. Pós Ci. Soc. v.8, n.15, jan. /jun. 2011, pp. 9-14. "Dossiê Elites".

HOLLANDA, Cristina Buarque. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 337-365.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. *Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreira na Câmara de Deputados do Brasil*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol IX, nº 1, 2003, pp. 44-67.

MARENCO DOS SANTOS, André. *Legislativos Federais em perspectiva comparada: recrutamento parlamentar na Argentina, Chile, Brasil e México*. Caxambu: 26º Encontro Anual da Anpocs, 2002.

MARENCO DOS SANTOS, André. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Porto Alegre: UFGRS, 2002. Tese.

MARENCO DOS SANTOS, André; ROS, Luciano da. *Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos Ministros dos órgãos de cúpula do poder judiciário brasileiro (1829-2006)*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 131-149, jun. 2008.

MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. *Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai*. RBCS Vol. 22 nº. 64 junho/2007, pp.94-113.

MARTINO, Mayla Di. *A profissionalização do legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro*. Ciência e Cultura, n. 44, p. 11-30, Curitiba, 2010.

MEDEIROS, Pedro Leonardo; PERISSINOTTO, Renato M.; WOWK, Rafael T. *Valores, Socialização e Comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 151-165, jun. 2008.

MELO, Carlos Ranulfo. *As instituições políticas brasileiras funcionam?* Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 199-203, nov. 2005. In: AMES, Barry. 2003. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

MELO, Carlos Ranulfo. *Individualismo e Partidarismo em doze estados brasileiros*. RBCS Vol. 26 nº 75 fevereiro/2011, pp. 57-71.

MENEGUELLO, Rachel (Org.) et al. *O Legislativo Brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultura*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 17-28, jun. 2008.

MESSEMBERG, Débora. *O “alto” e “baixo clero” do parlamento brasileiro*. Caxambu: 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. *Capital política e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

MILLS, Charles Wright. *A Elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro. Zahar, 3 Ed. 1975.

MIRÍADE, Angel; PERISSINOTTO, Renato M. *Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para Deputado Federal em 2006*. Caxambu: 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

MONTESQUIEU. Dos princípios dos três governos, Parte III. In: *O Espírito das Leis*

MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Completada por Gaston Bouthoul. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

MÜLLER, Gustavo. *Representação Política: neoinstitucionalismo em perspectiva comparada*. RBCS Vol. 24 no 69, p. 115-206, fevereiro/2009.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. *Os modelos da organização legislativa: distributivo, informacional e partidário*. Revista Política Hoje, Vol. 19, n. 2, p.365-397, 2010.

NORRIS, Pippa. *Passages to Power*. Legislative Recruitment In Advanced Democracies. Cambridge University Press, 1997.

OLIVEIRA, José Uéber. *Desempenho Político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, nas eleições 1982 a 2002*. Dissertação de Mestrado em História. Vitória, 2008.

\_\_\_\_\_. *Considerações acerca da configuração político-partidária do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional das disputas eleitorais entres ARENA e MDB (1964/65-1979)*. Sociologia e Política, vol 3, Curitiba, setembro/2010.

PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. São Paulo: Ed Nova Cultura Ltda, 1996.

PARETO, Vilfredo. *Sociologia política*. Trad. Ruy R. Cunha. In: RODRIGUES, José Albertino (org). São Paulo, Ática, 1984.

PEGURIER, Fabiano José Horcades. *Carreiras políticas e a Câmara de Deputados Brasileira*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009. Tese de doutorado.

PERES, Paulo Sérgio. *Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política*. RBCS Vol. 23 n.o 68, p.53-71, outubro/2008.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano**. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Governos de Coalizão no Espírito Santo (1986/98)*. 3º Encontro Nacional da ABCP, julho, 2002

PERISSIONOTO, Renato M. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpex, 2009.

PERISSIONOTO, Renato M.; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. *Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 280-313.

POLSBY, Nelson W. *A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos*. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Gustavo Rinaldi Althoff. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 221-251, jun. 2008.

REIS, Bruno Wanderley. *Da formação de maiorias democráticas à formação democrática de maiorias*. In: Revista Plenarium. Brasília: Câmara dos Deputados, vol. IV, n. 4, 2007, pp. 81-103.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. RBCS Vol. 17, no 48, p.31-47, fevereiro/2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa sociais, 2002. (Biblioteca virtual de Ciências Humanas).

ROSA, Eliana Brites. *A elite política municipal e distrital do Porto (1926-1945)*. Porto (Portugal): Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado, 2009.

SAMUELS, David. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. *Perfil, Trajetórias e Ambição Política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*. TEORIA E SOCIEDADE nº 16.2 – julho-dezembro de 2008 p. 130-155.

SANTOS, Fabiano. Deputados Federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SAQUETTO, Diemerson. *A invenção do pastor político: imaginários de poder político construídos a partir da história das bancadas evangélicas*. Dissertação de Mestrado em História. Vitória, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio: Zahar. 1983.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

\_\_\_\_\_. *Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo*. Capítulo: 01 – Livro ES (IJSN) – Trajetória Política - ES., 2010

SILVEIRA, Alair. *O perfil do poder legislativo da capital e do estado de Mato Grosso (1983-2004)*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 271-299, out. 2009.

TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998.

VIEIRA, José E. (1993) *A história política e eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992*. Vitória: Vida Editora.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, vol. I, 1991.

WEBER, Max. A política como vocação. Em: WEBER, Max. *O político e o cientista*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

### **Outra fontes:**

Assembléia Legislativa do Espírito Santo – <http://www.al.es.gov.br>

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – <http://www.pmdb.org.br>

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – ES – <http://www.pmdb-es.com.br>

Partidos dos Trabalhadores (PT) – <http://www.pt.org.br>

Século Diário – <http://www.seculodiario.com/partidos>

Tribunal Superior Eleitoral TSE – <http://www.tse.gov.br>

Tribunal Regional Eleitoral Espírito Santo - <http://www.tre-es.jus.br>

<http://www.ataydearmani.com.br>

<http://al-es.jusbrasil.com.br>

<http://cachoeirodeitapemirim-es.blogspot.com.br>

<http://www.ojornalonline.com.br>

<http://cedoc.cut.org.br/dicionario-biografico>

<http://gazetaonline.globo.com>

<http://www.sitebarra.com.br>

<http://www.morrodomoreno.com.br>

<http://www.folhalitoral.com.br>

<http://gereblog.blogspot.com.br>

<http://www.magnomalta.com>

<http://www.colatina.es.gov.br>

<http://www1.folha.uol.com.br>

<http://www.es.gov.br>

<http://eleicoes.uol.com.br/>

<http://www2.camara.leg.br/>

<http://www.senado.gov.br/>

<http://www.vitoria.es.gov.br/>

## **APÊNDICES**



## Apêndice I

### INFORMAÇÕES SOBRE OS BANCOS DE DADOS UTILIZADOS

#### 1 – INFORMAÇÕES SOBRE OS BANCOS DE DADOS EM RELAÇÃO AO PERFIL SOCIAL E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA.

Para compor o banco de dados utilizado nesta pesquisa buscou-se informações a partir dos arquivos físicos e digitais da Assembleia Legislativa do Espírito. Entretanto, devido a falta de informação, tornou-se necessário buscar fontes alternativas que pudessem nos fornecer elementos para completar o banco. Sendo assim tivemos como fonte: sites da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Governo do Estado do Espírito Santo, TSE, TRE-ES, jornais de circulação estadual, entre outros.

A pesquisa analisa sete legislaturas que compreendem o período entre 1986 a 2010, sendo um total de 207 cadeiras ocupadas no legislativo estadual. Vale ressaltar que esse número não indica a quantidade de representantes real, pois corresponde as vagas disponíveis no período. Dentre as variáveis consideradas sobre o perfil estão: idade, sexo, região, escolaridade e profissão. No que diz respeito as variáveis relacionadas a profissionalização consideram-se: Partidos, Participação, Cargos ocupados na administração pública, Cargos eletivos anteriores, Cargos eletivos posteriores e Cargos ocupados na ALES. Para casos em quais não foram encontrados informações utilizamos a categoria “Não informado” (NI), em casos em quais as informações divergiam de uma fonte para outra, ou a fonte não possui legitimidade foi considerado “Não se aplica” (NSA).

Como foram analisadas as variáveis:

**Idade:** considerou-se a idade do deputado no ano da eleição.

**Sexo:** considerado de acordo com gênero masculino ou feminino.

**Região:** considerou-se primeiro o local de nascimento ou onde o deputado considera ter suas raízes (de acordo com as informações biográficas encontradas); quando não foi possível averiguar a origem do nascimento, consideramos o local em que iniciou a carreira política com cargos eletivos. Dividiu-se o estado do Espírito Santo em Região Metropolitana (RM), Região Sul (RS), Região Norte e Região Serrana (R.Se).

**Escolaridade:** classificação feita de acordo com a recomendação atual do Ministério da Educação

**Profissão:** considerou-se a principal atividade remunerada ou exercida por maior tempo. Quando mais de uma atividade profissional foi realizada concomitantemente, ambas foram consideradas (por exemplo o deputado é advogado, mas também é empresário).

**Partidos:** foram considerados os partidos pelo qual o deputado foi eleito de acordo com as informações dos resultados eleitorais divulgados pelo TSE, não considerado possíveis mudanças partidárias ao longo do mandato.

**Participação:** Foram consideradas atividades sindicais, atuação em associações civis, militância partidária, militância religiosa, participação em movimentos sociais organizados e grêmios estudantis.

**Cargos ocupados na administração pública:** Foram considerados cargos que são ocupados através de indicação e considerados de confiança, como secretários e diretores de empresa ou órgão público.

**Cargos eletivos anteriores:** considerou-se todo cargo alcançado pelo voto popular adquirido após ocupar uma cadeira no legislativo estadual.

**Cargos eletivos posteriores:** considerou-se todo cargo alcançado pelo voto popular adquirido antes de alcançar o legislativo estadual.

**Cargos ocupados na ALES:** foram considerados os cargos ocupados na mesa diretora, líderes de governo e líderes de partidos, excluindo-se a participação em comissões, visto que ao considerá-la quase totalidade dos deputados ocupariam algum cargo na instituição, não nos indicando a formação de uma elite parlamentar. Analisou-se sempre a primeira formação de lideranças no início de cada legislatura, conforme indicado nas atas das sessões.

A seguir mostramos as categorizações realizadas para analisar as variáveis aqui dispostas:

**Tabela 1 - Divisão e classificação das cidades de acordo com a região geográfica<sup>20</sup>**

<b>Região</b>	<b>Cidades</b>
Região Metropolitana (RM)	Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Fundão e Guarapari
Região Sul (RS)	Cachoeiro De Itapemirim , Anchieta, Piúma, Marataízes, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta, Castelo, Mimoso do Sul, Itapemirim
Região Norte (RN)	Ibiraçu, Aracruz , João Neiva, Colatina , Marilândia, Linhares , São Mateus , Conceição da Barra, Montanha, Ecoporanga, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Pinheiros , São Gabriel da Palha , Pinheiros
Região Serrana (RSe)	Domingos Martins, Itarana, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Alfredo Chaves, Marechal Foloriano, Itaguaçu
Não Informado	Não foram encontrados dados na biografia do deputado que indicasse sua região ou cidade de origem.
Não se aplica	Os dados encontrado são conflitantes ou não possuem legitimidade.

**Fonte:** elaborada pela autora de acordo com os dados coletados.

<sup>20</sup> Esta divisão das cidades em regiões geográfica não corresponde a divisão oficial dos órgãos do estado ou do IBGE. Classificamos apenas as cidades que surgiram nas biografias dos deputados, excluindo os demais municípios.

**Tabela 2 – Classificação das profissões**

<b>Grupo</b>	<b>Profissões</b>
<b>Administrador</b>	Assistente administrativo, gerentes de empresas, funcionários de empresas provadas, contador.
<b>Profissionais da Área Jurídica</b>	Juízes, promotores, delegados, desembargadores, advogados
<b>Profissionais da Saúde</b>	Médicos, Dentistas, Enfermeiros, Nutricionistas, Fisioterapeuta.
<b>Funcionário Público</b>	Auxiliar administrativo, diretor/presidente de empresa pública, funcionário de empresa pública, funcionário de órgãos administrativos do setor público, funcionários de prefeitura, governo estadual ou federal.
<b>Militar</b>	Membros da Polícia Militar, Cibil ou Federal. Membros das Forças Armadas Brasileira: Exército, Aeronáutica e Marinha.
<b>Engenheiro</b>	Técnicos e tecnólogos com curso superior em engenharia civil, mecânica, elétrica ou qualquer outra área técnica
<b>Comunicadores, Radialistas e Jornalistas</b>	Jornalistas, radialistas, apresentadores, comentaristas, redatores, locutores.
<b>Empresários e Comerciantes</b>	Proprietários de empresas, lojistas, atacadistas.
<b>Proprietários rurais</b>	Agropecuáristas, pecuaristas, donos de empresa rural, grandes proprietários de terra.
<b>Trabalhadores</b>	Trabalhadores da construção civil,

	trabalhadores rurais, pequenos proprietários de terra, operários de indústrias, trabalhadores manuais.
<b>Professores</b>	Docentes de nível fundamental, médio e superior. Profissionais voltados para atividades de ensino e educação.
<b>Político Profissional</b>	Considerado aqueles que se dedicam exclusivamente a atividade política, principalmente através de cargos eletivos.
<b>Religioso</b>	Padre, Pastor ou líder de instituição religiosa.
<b>Outros</b>	Artistas, Músicos, Artesãos, Esportistas.
<b>Não informado</b>	Não foi encontrado nos dados biográficos referências sobre a profissão.
<b>Não se aplica</b>	Os dados encontrado são conflitantes ou não possuem legitimidade.

**Fonte:** elaborada pela autora de acordo com os dados coletados.

**Cargos eletivos considerados:** Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República.

**Cargos públicos considerados:** Secretário municipal, Secretário Estadual, Chefe de governo Estadual, Diretor ou Presidente de Empresa Pública, Ministros.

**Cargos de Liderança na Ales:** Presidente da Mesa diretora; Primeiro Secretário da Mesa diretora; Presidente da Comissão de Finanças; Presidente da Comissão de Justiça.

## Apêndice II

### Lista de Deputados por legislatura

11 <sup>a</sup> legislatura	12 <sup>a</sup> legislatura	13 <sup>a</sup> legislatura	14 <sup>a</sup> legislatura	15 <sup>a</sup> legislatura	16 <sup>a</sup> legislatura	17 <sup>a</sup> legislatura
	Ulysses Jarbas Anders	Nasser Youssef Nasr	Robson Mendes Neves	Robson de Souza Vaillant	Sérgio Borges	Sandro Heleno Gomes de Souza
	Umberto Messias de Souza	Nilton Gomes	Sebastião Camillo de Araújo Filho	Sérgio Manoel Nader Borges	Theodorico Ferraço	Sérgio Borges
	Valci José Ferreira de Souza	Paulo Sérgio Borges	Sérgio Borges	Sueli Vidigal	Vanderson Alonso Leite	Solange Siqueira Lube
	Waldemiro Seibel	Ricardo de Rezende Ferraço	Wellington Coimbra	Carlos Roberto Casteglione Dias	Wanildo Pascoal Sarnaglia	Theodorico de Assis Ferraço
	Waldir Durão Filho	Ricardo de Rezende Ferraço	Wilson Luiz Venturim	Janete de Sá	Wolmar Campostrini Filho	Vanderson Alonso Leite
Alcino Santos	Aloisio Krohling	Antônio Sérgio Alves Vidigal	Antônio Cavalheri	Alexandre Marcelo Coutinho	Alexandre Marcelo Coutinho	Alexandre Marcelo Coutinho
Antonio Angelo Moschen	Antonio Tadeu Tardin Giuberti	Antario Alexandre Theodoro Filho	Avílio Machado da Silva	Anselmo Tose	Ataydes Antônio Armani	Ataydes Antônio Armani
Antônio Pelaes	Brice Bragatto	Benedito Eneas Muqui	Benedito Eneas Muqui	Brice Bragatto	Carlos Roberto Casteglione Dias	Cláudio Vereza
Armando Batista Viola	Carlos Magno Pimentel	Brice Bragatto	Cláudio Vereza	Cesar Roberto Colnaghi	César Roberto ColnaghiI	Dary pagung
Cláudio Vereza	Carlos Roberto Cabalini	Cláudio Vereza	Enivaldo Euzébio dos Anjos	Cláudia de Almeida Thiago Soares	Cláudio Vereza	Elcio Alvares
Dario Martinelli	Dejair Camata	Carlos Alberto Lyrio	Eval Galazi	Délio Parrini Iglesias	Élcio Alvares	Genivaldo José Lievore

Dilo Binda	Djalma Monteiro da Silva	Domingos Savio Pinto Martins	Geraldo Araújo Martins	Cláudio Vereza	Elion Vargas Teixeira	Gildevan Alves Fernandes
Dilton Lyrio	Edson Henrique Pereira	Enivaldo Euzébio dos Anjos	Gilson dos Santos Lopes Filho	Edson Vargas Barbosa	Euclério Sampaio	Gilson dos Santos Lopes Filho
Enivaldo Euzebio dos Anjos	Ethereldes Teteco Q. do Valle Júnior	Fernando José Coimbra Resende	Gilson Gomes	(Cabo) Elson de Oliveira Batista	Giuliano Conrado Matos Dos Aanjos	Glauber da Silva Coelho
Fernando Inacio Santorio	Fernando José da Silva	Gilson Gomes	Gumercindo Gonçalves Vinand	Euclério de Azevedo Sampaio	Guerino Luiz Zanon	Henrique Zanotelli de Vargas
Heraldo Barbosa Musso	Gilson Gomes	Jair de Oliveira	José Alves Neto	Geovani Silva	Hércules Silveira	Hércules Silveira
Hugo Borges	Helio Gualberto Vasconcellos	José Alves Neto	José Carlos Gratz	Gilson Antônio de Sales	Janete de Sá	José Carlos Elias
Joao Gama Filho	Jauber Dorio Pignaton	José Carlos Gratz	José Esmeraldo de Freitas	Gilson Gomes	Jardel Vieira Machado Nunes	José Esmeraldo de Freitas
Jorge Alberto Anders	Joao Carlos Coser	José Gotardo Spadetto	José Mauro Juca Gomes e Gama	Helder Salomão	João Carlos Lorenzoni	José Eustáquio de Freitas
José Tasso de Oliveira Andrade	Jose Carlos Gratz	José Luiz Pimentel Balestrero	José Ramos Furtado	Heraldo Musso	José Eustáquio de Freitas	Josias Mário da Vitória
Levi Aguiar de Jesus Ferreira	José Francisco de Barros	José Mauro Juca Gomes e Gama	José Tasso Oliveira de Andrade	Jose Carlos Gratz	Josias Mário da Vitória	Lúcia Helena Dornellas
Luiz Carlos Piassi	José Renato Casagrande	José Otávio Baioco	Leonor Lube	José Esmeraldo de Freitas	Luciano Henrique Sordine Pereira	Luciano Henrique Sordine Pereira
Luiz Carlos Santana	Luciano Souza Cortez	José Ramos Furtado	Luiz Carlos Moreira	José Ramos Furatado	Luiz Carlos Moreira	Luciano Santos Rezende
Nilton Gomes	Luiz Timoteo Dias Vieira	Lourival Berger	Luiz Pereira do Nascimento	José Tasso Oliveira de	Luzia Alves Toledo	Luiz Candido Durão

				Andrade		
Paulo Hartung	Marcos Miranda Madureira	Magno Pereira Malta	Marcos Duarte Gazzani	Luiz Carlos Moreira	Maria Aparecida Denadai	Luzia Alves Toledo
Paulo Lemos Barbosa	Maria da Penha Vervloet Feu Rosa	Marcelino Ayub Fraga	Marcos Miranda Madureira	Maria de Fátima Rocha Couzi	Paulo Roberto Foletto	Marcelo de Souza Coelho
Ronaldo do Espírito Santo Lopes	Nilton Gomes	Marcos Miranda Madureira	Luiz Pereira do Nascimento	Maria Jose Vellozo Lucas	Rafael Favatto Garcia	Maria Aaparecida Denadai
Salvador Bonomo	Paulo Lemos Barbosa	Maria de Fátima Rocha Couzi	Marcos Duarte Gazzani	Paulo Roberto Foletto	Reginaldo de Almeida	Roberto Carlos Teles Braga
Valci José Ferreira de Souza	Ricardo Rezende Ferraço	Max Freitas Mauro Filho	Marcos Miranda Madureira	Reginaldo de Almeida	Robson de Souza Vaillant	Rodney Rocha Miranda
Waldemiro Seibel	Ruzerte de Paula Gaigher	Moacyr Carone Assad	Paulo Roberto Ribas Loureiro	Rhudson Carlo de Souza	Rodrigo Chamoun	Rodrigo Chamoun